

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A rentabilidade do sistema bancário espanhol: os impactos  
da crise de 2007-8**

GABRIEL VALENTE COUTINHO  
matrícula nº.: 109024002

ORIENTADOR: Prof. Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima

ABRIL 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

## **A rentabilidade do sistema bancário espanhol: os impactos da crise de 2007-8**

---

GABRIEL VALENTE COUTINHO  
matrícula nº.: 109024002

ORIENTADOR: Prof. Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima  
PARTICIPANTES DA BANCA: Profs. André Modenesi e Antonio Licha

ABRIL 2013

*As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família pela formação e educação oferecida durante toda a minha vida.

Aos meus amigos pela prazerosa convivência.

À minha namorada e família pela paciência e colaboração durante a elaboração da monografia.

À minha equipe de trabalho, pelo suporte e auxílio no início da minha experiência profissional.

A todo o corpo docente do Instituto de Economia da UFRJ, pelos ensinamentos e conhecimentos transmitidos durante toda a graduação.

Finalmente, ao professor Fernando Carlos Lima, pela ajuda e conselhos oferecidos durante anos de formação acadêmica e, principalmente, neste trabalho.

## **RESUMO**

Este trabalho busca analisar o desempenho do sistema bancário espanhol antes e após a crise financeira iniciada no final de 2007. O trabalho apresenta, no capítulo I, as principais variáveis contábeis que afetam o lucro líquido de um banco. O capítulo seguinte analisa as condições econômicas favoráveis verificadas durante os anos que antecederam a crise, destacando o fato de que a expressiva expansão dos bancos espanhóis ocorreu concomitantemente ao aumento da vulnerabilidade da economia do país. A crise de 2007-8 e seus reflexos sobre a rentabilidade das instituições bancárias são tratadas no capítulo III, que também examina algumas das medidas regulatórias adotadas pelas autoridades espanholas diante das distintas conjunturas.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – QUE FATORES AFETAM O LUCRO LÍQUIDO?.....	11
I.1 - Qual a definição de lucro (prejuízo) líquido .....	11
I.2 - Análise do Demonstrativo do Resultado do Exercício .....	12
I.3 – Especificidades dos Bancos .....	16
I.4 – Como avaliar a rentabilidade?.....	19
CAPÍTULO II – SISTEMA BANCÁRIO ESPANHOL ENTRE 2003 E 2007 .....	23
II.1 – Cenário macroeconômico .....	23
II.1.1 – Contexto Mundial .....	23
II.1.2 –Economia da Espanha .....	25
II.2 – A estrutura do sistema bancário espanhol.....	28
II.2.1 – Integração à Zona do Euro .....	28
II.2.2 – Modelo de negócios .....	29
II.2.3 – Segmentação do sistema bancário .....	33
II.3 – Rentabilidade do sistema bancário .....	36
CAPÍTULO III – SISTEMA BANCÁRIO ESPANHOL ENTRE 2008 E 2012 .....	43
III.1 –Cenário macroeconômico .....	43
III.1.1 – Contexto Mundial .....	43
III.1.2 – Economia da Espanha.....	46
III.2 – A estrutura do sistema bancário espanhol .....	50
III.2.1 – O sistema bancário espanhol diante da crise .....	50
III.2.2 – Primeira fase da crise.....	51
III.2.3 – Segunda fase da crise.....	54
III.2.4 – Terceira fase da crise .....	57
III.2.5 – Transformações do setor bancário .....	59
III.3 – Rentabilidade do sistema bancário .....	60
CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS .....	68

## ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: CGs - ROE entre 2001 e 2011 .....	21
Figura 2: PIB mundial - crescimento entre 2002 e 2007 .....	25
Figura 3: PIB espanhol – crescimento entre 2002 e 2006. ....	26
Figura 4: Crédito para o setor privado espanhol entre 2002 e 2006.....	26
Figura 5: Resultado fiscal espanhol entre 2002 e 2006 (em percentual do PIB). ....	27
Figura 6: Sistema bancário espanhol: concentração em 2003 (percentual do total de ativos) .	34
Figura 7: Segmentação do sistema bancário espanhol (2003 e 2007).....	35
Figura 8: Sistema bancário espanhol - ROE entre 2002 e 2007 .....	36
Figura 9: <i>Spread</i> bancário entre 2003 e 2007 (p.p.) .....	39
Figura 10: CGs - taxa de eficiência (entre 2003 e 2007).....	41
Figura 11: PIB mundial – crescimento entre 2007 e 2012 .....	43
Figura 12: Resultado conta corrente da Espanha entre 1998 e 2007 (percentual do PIB). ....	47
Figura 13: Espanha - taxa de desemprego (2007 e 2011).....	48
Figura 14: PIB espanhol - crescimento entre 2006 e 2012.....	48
Figura 15: Resultado fiscal entre 2006 e 2011 (percentual do PIB).....	49
Figura 16: Crédito para o setor privado (2006 até 2011) .....	52
Figura 17: Ativos de liquidação duvidosa – participação no total de empréstimos (2006 até 2011).....	52
Figura 18: Estrutura do SIP .....	56
Figura 19: Ativos internacionais do sistema bancário espanhol entre 2007 e 2011 (participação no total de ativos).....	59
Figura 20: Número de CGs (2007 até 2011) .....	60
Figura 21: Sistema bancário espanhol - ROE entre 2007 e 2011 .....	60
Figura 22: <i>Spread</i> bancário da Espanha entre 2007 e 2011 (p.p.).....	63
Figura 23: DRE do sistema bancário espanhol - 2007 até 2011 (€ bilhões) .....	65
 Tabela 1: Estrutura do DRE .....	 15
Tabela 2: DRE - entidades de crédito .....	17
Tabela 3: Avaliação da rentabilidade através do ROE.....	21
 Quadro 1: Composição do ROE.....	 20

## SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

DRE	Demonstrativo do Resultado do Exercício
ROE	<i>Return on equity</i>
CPV	Custo dos Produtos Vendidos
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
CGs	<i>Consolidated Groups</i>
BdE	Banco de España
FROB	<i>Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria</i>
PASF	<i>Plan de Acción de Servicios Financieros</i>
CVMN	<i>Comisión Nacional de Mercado de Valores</i>
SIP	<i>Sistemas Institucionales de Protección</i>
MoU	<i>Memorandum of Understanding</i>



## INTRODUÇÃO

Desde o início da adoção da moeda única, o Euro, os países europeus apresentaram diversas mudanças, influenciados pelo otimismo com relação ao futuro da união monetária. Em termos gerais, as taxas de juros recuaram, a liquidez aumentou e a atividade econômica revelou-se mais vigorosa nas nações que compunham a recém-formada Zona do Euro. Neste cenário, a Espanha destacou-se pelo forte crescimento de sua economia, em particular dos setores financeiro e imobiliário.

Apesar de este trabalho voltar sua atenção ao primeiro, a correlação existente entre ambos os setores exigiu uma observação acerca dos dois pilares da expansão econômica espanhola. Tal correlação pode ser explicada, dentre outros fatores, pelo financiamento fornecido pelos bancos para o desenvolvimento da construção civil no país – processo que será demonstrado neste trabalho.

Essa fase de expansão terminou, contudo, após o colapso mundial advindo da crise financeira iniciada nos Estados Unidos, em meados de 2007. Desde então, a deterioração do cenário econômico global mostrou-se veloz, tendo a Espanha reduzido seu ritmo de crescimento, afetada pelas incertezas relativas ao desempenho econômico mundial nos anos à frente. À luz desta nova realidade, houve uma ruptura na estrutura da maior parte dos setores da economia doméstica – incluindo os segmentos bancário e imobiliário. Este trabalho busca analisar os efeitos dessa ruptura sobre o sistema bancário espanhol, avaliando as transformações até 2012. Sendo assim, serão abordados os principais fatores que determinaram os processos de ascensão e decadência dos bancos existentes na Espanha.

No capítulo I, será apresentada uma introdução aos conceitos contábeis, com o objetivo de facilitar o entendimento das variáveis referentes ao assunto, principalmente o lucro. Para isto, o trabalho revelará a estrutura de um Demonstrativo de Resultado do Exercício, ressaltando os principais fatores e contas que podem afetar o resultado líquido – lucro ou prejuízo – de uma empresa ou banco. Ademais, o capítulo I definirá o indicador que será utilizado para avaliar a rentabilidade dos bancos: o Retorno sobre Patrimônio Líquido.

O capítulo seguinte tem como objetivo descrever como se comportou o sistema bancário espanhol durante os anos de condições favoráveis que antecederam a crise de 2007. Após uma breve retrospectiva sobre o período que se encerrou em 2002, são analisadas, com maior riqueza de detalhes, a evolução ocorrida, entre 2003 e 2007, na economia mundial em geral e na economia espanhola em particular, assim como na estrutura do sistema bancário e na rentabilidade dos bancos.

O capítulo III é segmentado da mesma maneira do capítulo anterior. O conteúdo, contudo, será voltado aos anos de crise, entre 2008 e 2012. Acerca do sistema bancário espanhol, serão destacadas as principais medidas e regras adotadas pelas autoridades do país, bem como serão apresentados os principais fatores que ocasionaram na queda da rentabilidade das instituições bancárias. Vale ressaltar que, em termos de cronologia, o próprio capítulo será subdividido com o intuito de abordar os três cenários distintos da crise mundial desde 2007.

# **CAPÍTULO I – QUAIS FATORES AFETAM O LUCRO LÍQUIDO?**

## ***1.1 - A definição de lucro (prejuízo) líquido***

Segundo Weiszflog (2007) a palavra lucro pode significar: “sm (latlucru) 1 Interesse, proveito que se tira de uma operação comercial, industrial etc. 2 Ganho que se obtém de qualquer especulação, depois de descontadas as despesas; ganho líquido. 3 Proveito, utilidade, vantagem”.

O conceito de lucro, no entanto, pode ser dividido, tendo em vista as divergências acerca do seu significado preciso. Neste contexto, economistas e contadores entram em desacordo.

O economista Schumpeter (1939, p.103-105) afirma que: “pensando de maneira temporária, lucro é um ganho líquido, isto é, o [valor] que não é absorvido por nenhum custo (...) Lucro, em uma visão geral, é um retorno funcional”<sup>1</sup>. Já segundo Hicks (1946) o lucro pode ser definido como montante de recursos que podem ser gastos por um indivíduo, após um determinado período, sem piorar o seu bem estar. Ou seja, um excedente.

Guerreiro (1991), por sua vez, alega que o lucro econômico resulta da geração de valor, correspondendo, dessa forma, à quantia que um empresário pode retirar para proveito próprio sem afetar o capital do empreendimento.

Em síntese, de acordo com a avaliação econômica, o lucro pode ser considerado a variável mais importante em uma análise, pois serve para mensurar o resultado final de uma empresa, garantindo sua existência e crescimento ou levando à sua extinção ao longo do tempo. Sendo assim, o resultado final avalia o desempenho da empresa em oferecer produtos e serviços à sociedade.

---

<sup>1</sup> Tradução livre do original: “it is evident that, though temporary, profit is a net gain, i.e, that is not absorbed by the value of any cost factor through a process of Imputation (...) Profit, in our sense, is a functional return”. Schumpeter (1939, p. 103-105)

No que tange à visão advinda da contabilidade, Iudícibus, Martins *et al.* (2000) conceituam o lucro ou prejuízo líquido apurado na Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE) como o valor final a ser adicionado ao patrimônio líquido da empresa, que também pode ser chamado de lucro dos acionistas. Isto é, em termos gerais, o resultado da subtração entre os patrimônios líquidos de dois períodos distintos.

Para Guerreiro (1991) a diferença entre o conceito econômico e o contábil consiste na subjetividade das visões. A visão proveniente da contabilidade aborda o lucro de forma mecânica e objetiva, sendo o resultado da aplicação de regras bem definidas.

Vale ressaltar que, neste trabalho, a definição do lucro será baseada nos parâmetros utilizados para a elaboração dos resultados contábeis, uma vez que o objeto de análise consiste no DRE do sistema bancário espanhol.

## **1.2 - Análise do Demonstrativo do Resultado do Exercício<sup>2</sup>**

O resultado de determinada empresa, em certo período, pode ser alcançado através do DRE. Nesta apresentação, as diferentes companhias divulgam e descrevem suas principais linhas de resultado, partindo da receita bruta até chegar ao lucro líquido. O DRE revela, assim, as diversas operações realizadas por determinada companhia durante o exercício social, de forma a destacar o resultado final.

Destaca-se que a característica básica utilizada na elaboração de um DRE consiste na adoção do regime de competência. Ou seja, as receitas, custos e despesas são contabilizados no período em que se registrou a venda de um determinado bem ou serviço. Dessa forma, qualquer transação sofre reconhecimento no período em que foi executada, independentemente de quando os recursos ou ativos oferecidos em contraparte serão recebidos pela empresa.

Esse regime de competência, por sua vez, funciona devido a duas regras contábeis: (i) o Princípio da Realização da Receita e o (ii) Princípio do Confronto das Despesas.

---

<sup>2</sup> Esta seção será baseada nas visões de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000), presentes no Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações.

- i. O primeiro diz respeito às receitas. Por exemplo, todo o montante referente à venda de aço por uma siderúrgica será contabilizado no período em que a venda foi executada. A efetivação do pagamento em dinheiro, contudo, poderá ser feita durante três anos.
- ii. O segundo princípio, por sua vez, se refere ao reconhecimento dos custos e despesas relacionados às receitas já contabilizadas. No mesmo exemplo citado acima, a siderúrgica precisou comprar carvão e minério de ferro para abastecer sua produção. O desembolso para tais aquisições ocorrerá após dois anos. O reconhecimento dos custos, entretanto, será realizado no mesmo período em que a receita proveniente do aço produzido com tais matérias primas for contabilizada. Ou seja, os custos da produção serão registrados no mesmo período das receitas e rendimentos.

Como demonstrado no exemplo, o DRE inicia-se com o valor total da Receita Operacional Bruta apurada no período. Essa receita consiste no resultado obtido através das vendas de produtos ou serviços, independentemente do prazo do pagamento – à vista ou a prazo - podendo ser classificada de diferentes maneiras. Uma siderúrgica, por exemplo, pode separar suas receitas provenientes da venda de aço plano das de aço laminado, bem como segmentar as vendas de acordo com o seu destino - como Brasil ou mercado internacional.

Após a apuração da receita operacional bruta, serão descontados os impostos sobre vendas, além de possíveis deduções advindas de cancelamentos e abatimentos. Como resultado, será obtida a Receita Operacional Líquida que, por sua vez, sofrerá os descontos decorrentes dos custos de produção correspondentes a tais vendas – denominados Custo dos Produtos Vendidos (CPV).

Essa apuração do CPV encontra-se diretamente relacionada às mudanças efetuadas nos estoques das empresas devido a vendas executadas em um determinado espaço de tempo. Em suma, o CPV incorpora todo o custo envolvido na produção.

Neste contexto, para Weiszflog (2007), o “Lucro Bruto” pode ser descrito como: “diferença entre o preço da aquisição e o atingido na venda sem dedução das despesas”. Isto é, corresponde ao saldo obtido com a diferença entre a Receita Operacional Bruta e o CPV, sem a contabilização de despesas operacionais.

Sendo assim, para alcançar o lucro líquido do exercício também torna-se necessária a contabilização de tais despesas, que podem ser decompostas em: (i) Despesas com Vendas; (ii) Despesas Administrativas; (iii) Despesas financeiras, em conjunto com as receitas financeiras; e (iv) outras despesas e receitas operacionais.

As Despesas com Vendas incluem todos os gastos provenientes dos esforços de vendas, dentre os quais se destacam as promoções e logística para os produtos da empresa. Esta categoria abrange ainda as despesas com marketing, comissões de vendedores, propaganda e publicidade, além da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Esta última (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é muito importante no caso dos bancos, como será descrito posteriormente. A sua apuração deve ser feita baseada em alguns critérios, tais como: (i) a análise individual do empréstimo a cada cliente; (ii) em experiências anteriores da empresa em relação a situações parecidas; (iii) nas condições de venda, como, por exemplo, garantias; e (iv) em contas atrasadas e clientes que possuam parte de seus títulos em atraso.

As Despesas Administrativas, por sua vez, incorporam gastos jurídicos, com funcionários das áreas administrativas, com materiais de escritório, dentre outros.

Em relação ao segmento financeiro, ou custo de capital de terceiros, o DRE apresenta o resultado financeiro líquido. Basicamente, este resultado refere-se aos juros pagos (despesas) ou recebidos (receitas) em decorrência de operações financeiras, tais como a realização de empréstimos e aplicações temporárias em títulos diversos. Ademais, o saldo financeiro engloba os efeitos das variações cambiais e da atualização monetária sobre o resultado corporativo.

Finalmente, são contabilizadas as “outras despesas e receitas operacionais” que, em síntese, incorporam os resultados provenientes de investimentos realizados em outras empresas. Isto é, a participação em outras companhias reflete-se no resultado da empresa controladora. Por exemplo, as operações do banco Santander no Brasil influenciam o DRE da matriz localizada na Espanha.

Após o reconhecimento das “outras despesas e receitas operacionais”, chega-se aos resultados não operacionais. Esse grupo responsabiliza-se por resultados, denominados de

ganhos e perdas de capital, advindos da comercialização de ativos classificados como permanentes<sup>3</sup>.

Além dos resultados não operacionais, são reconhecidos, ainda, os impostos, bem como as contribuições sociais. Vale ressaltar que a cobrança de impostos realiza-se sobre todo o resultado operacional obtido. Ou seja, a tributação incide, inclusive, sobre o resultado financeiro que estiver sobre o regime de competência. Ressalte-se que os impostos, em sua maior parte, são proporcionais ao resultado líquido registrado. Assim, quando uma empresa apresenta prejuízo, a mesma costuma ser beneficiada em termos fiscais.

Tudo considerado, apura-se o Lucro Líquido do exercício, que será essencial para a análise que será realizada neste trabalho, uma vez que determina a rentabilidade das empresas e instituições. Após o estudo do DRE, pode-se concluir que diversos fatores afetam o Lucro Líquido de determinada empresa, dentre eles destacam-se: CPV, despesas operacionais, resultado financeiro, despesas e receitas não operacionais e, finalmente, impostos e contribuições. Encontram-se, na Tabela 1, as principais linhas do DRE (Assaf Neto, 2008).

**Tabela 1:** Estrutura do DRE

(+)	Receita Bruta das vendas e serviços
(-)	Deduções, descontos, devoluções
(-)	Impostos
(=)	<b>Receita líquida das vendas e serviços</b>
(-)	Custo dos produtos vendidos
(=)	<b>Lucro Bruto</b>
(-)	Despesas com vendas
(-)	Despesas administrativas
(- ou +)	Resultado financeiro líquido
(- ou +)	Outras despesas/receitas operacionais
(- ou +)	Despesas/Receitas não operacionais
(=)	<b>Lucro antes do Imposto de Renda</b>
(-)	Impostos e Contribuições
(=)	<b>Lucro líquido do exercício</b>

Fonte: Assaf Neto (2008, p. 85)

---

<sup>3</sup> Maiores detalhes fogem da alçada deste trabalho

### **1.3 – Especificidades dos Bancos<sup>4</sup>**

O DRE dos bancos apresenta diversas especificidades em relação ao apresentado pelas demais empresas. Isso porque, a própria operação das instituições bancárias se diferencia das demais companhias, uma vez que baseia-se no resultado da intermediação financeira que, segundo Clemente e Kühl (2006), pode ser explicada como:

“os intermediários financeiros proporcionam o encontro dos recursos financeiros excedentes dos agentes econômicos superavitários com a necessidade de financiamento dos agentes econômicos deficitários. Os primeiros receberão juros sobre os recursos financeiros disponibilizados. Os segundos pagarão esses juros, acrescidos das receitas operacionais da intermediação, necessárias para cobrir os custos e as despesas dos intermediários, além de seus lucros.” (CLEMENTE e KÜHL; 2006; p. 3).

Sendo assim, torna-se possível afirmar que os bancos surgiram da atividade de mediação entre diferentes agentes econômicos, assumindo a função transferir recursos excedentes. Em síntese, a principal mercadoria oferecida pelos bancos consiste em crédito.

Vale ressaltar que a análise a ser elaborada neste trabalho será direcionada às instituições financeiras monetárias que, por serem responsáveis pela captação de depósitos à vista, também são denominadas de entidades de depósito. De maneira geral, essas entidades são representadas por bancos comerciais, de poupança, cooperativas de crédito, dentre outras.

Ressalte-se, ainda, que algumas contas podem ser reconhecidas em momentos diferentes no DRE, dependendo da análise e do padrão contábil utilizado. Este trabalho será baseado nas práticas contábeis internacionais ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS), utilizadas tanto no Brasil, quanto na Europa. É importante destacar, contudo, que este trabalho buscará explicar como os diferentes fatores afetam o lucro líquido e a rentabilidade dos bancos espanhóis, independente da ordem em que se encontram na apresentação do resultado.

Neste contexto, a Receita Bruta e líquida dos bancos recebe uma conotação diferente de outras empresas, assim como o CPV e o resultado financeiro. O DRE de tais instituições financeiras apresenta, assim, um padrão distinto, sem revelar uma Receita líquida diretamente. Isso porque contabilizam-se, basicamente, as Receitas de Intermediação Financeira e Receitas

---

<sup>4</sup> Esta seção foi baseada nos textos de: Assaf Neto (2008) e Banco de España (2004d).



de Prestação de Serviços (tarifas e comissões líquidas) que, por sua vez, apresentam seus respectivos gastos. A

Tabela 2 apresenta a estrutura do DRE referente às instituições bancárias.

**Tabela 2:** DRE - entidades de crédito

(+)	Receita financeira
(-)	Despesa financeira
(=)	<b>Resultado da intermediação financeira</b>
(+)	Ajustes no valor de ativos financeiros
(+)	Tarifas e Comissões líquidas
(- ou +)	Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros
(- ou +)	Outras despesas/receitas operacionais
(=)	<b>Lucro bruto</b>
(-)	Despesas com pessoal e administrativas
(-)	Amortização
(-)	Perdas por <i>impairment</i> (provisões gerais e específicas)
(-)	Despesas com provisões
(=)	<b>Lucro operacional líquido</b>
(-)	Perdas por <i>impairment</i> (ativos não financeiros)
(- ou +)	Outras despesas/receitas não operacionais
(=)	<b>Lucro líquido antes de impostos</b>
(-)	Impostos e Contribuições
(=)	<b>Lucro líquido do exercício</b>

Fonte: Banco de España (2010c, p. 115).

De acordo com a tabela 2, as Receitas de Intermediação Financeira e as Receitas de Prestação de Serviços (tarifas e comissões líquidas) são reconhecidas em momentos distintos. Inicialmente, no DRE, utiliza-se como padrão contabilizar o Resultado da Intermediação Financeira que, por sua vez, resulta da subtração entre as Receitas e as Despesas de Intermediação Financeira.

No que diz respeito às Receitas Financeiras, destacam-se as operações com crédito, títulos e valores mobiliários, aplicações compulsórias, bem como instrumentos financeiros derivativos. Em síntese, essas atividades representam os recursos recebidos pelos bancos através da concessão de seus ativos às unidades deficitárias.

Já as Despesas Financeiras, no caso dos bancos, cumprem um papel mais importante do que para as demais empresas, uma vez que a principal atividade das entidades de crédito constitui-se na intermediação financeira. Ou seja, os custos de captação responsabilizam-se por expressiva parcela dos dispêndios dos bancos. Tais recursos utilizados e aplicados pelas instituições bancárias podem ser provenientes da própria instituição (capital e reservas), de depósitos à vista ou a prazo, captações no mercado aberto, emissão de títulos, dentre outras fontes.

No que diz respeito às tarifas e comissões, incluem-se nesta conta a renda com cartões, conta corrente, administração de fundos, bem como com a venda de produtos não bancários, tais como seguros.

Os bancos apresentam, ainda, ganhos ou perdas através de ajustes no valor de seus ativos e passivos financeiros. A legislação espanhola define esse resultado como ajustes no valor de instrumentos financeiros, não incluindo, contudo, os juros acumulados como resultado da aplicação, nem os ganhos ou perdas através da compra e venda de ativos (Banco de España, 2004d), compreendendo as referidas exceções<sup>5</sup>.

Outro quesito que pode influenciar no resultado dos bancos consiste na variação cambial, uma vez que podem existir, por exemplo, ativos que são precificados em moeda estrangeira.

Apesar das especificidades, os bancos também apresentam contas correspondentes às existentes no DRE das demais empresas. Uma delas consiste no resultado da equivalência patrimonial, já explicado no primeiro segmento deste capítulo. Ademais, os bancos também podem receber proventos (dividendos ou juro sobre capital próprio) advindos de empresas em que possuam participação. As instituições bancárias apresentam ainda Outras Receitas e Despesas Operacionais, assim como Despesas com Pessoal e Administrativas.

---

<sup>5</sup> Conclusão baseada no texto: “Includes the amount of the valuation adjustments of financial instruments, except those attributable to interest accrued as a result of application of the effective interest rate method and to allowances, recorded in the income statement; and the gains or losses obtained from the sale and purchase thereof, except those relating to investments in group entities, jointly controlled entities and associates, and to securities classified as held-to-maturity investments.” (BANCO DE ESPAÑA, 2004d, p. 137).

Outro expressivo resultado contábil diz respeito às perdas por “*impairment*”. De acordo com o Banco de España (2012b), as perdas pela deterioração de ativos (*impairment*) refletem, principalmente, as provisões gerais e específicas realizadas pelos bancos em determinado período. Essa conta reconhece, assim, a redução do valor de títulos e valores mobiliários da instituição, bem como tais provisões. Ressalte-se que o resultado pode ser dividido de acordo com o tipo de ativo, dentre os quais destacam-se os financeiros relativos à concessão de crédito.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa representam uma importante conta do DRE dos bancos. Vale lembrar que estas provisões costumam ser reconhecidas em “Despesas com Vendas” no DRE das demais empresas (não financeiras). Para os bancos, porém, tal conta apresenta maior relevância, uma vez que suas atividades envolvem, diretamente, riscos acerca do não recebimento dos recursos emprestados.

Como exemplo prático, vale destacar as práticas adotadas pelo Bradesco, evidenciadas em seu Relatório de Análise Econômica e Financeira (Bradesco, 2012). O banco segmenta sua provisão para créditos de liquidação duvidosa em três grupos: (i) provisão específica; (ii) provisão genérica; e (iii) provisão excedente. A primeira diz respeito às operações cujo vencimento já ocorreu há, no mínimo, 14 dias. Já a provisão genérica constitui-se de acordo com a classificação de risco do cliente ou da operação e, portanto, não incluídos na provisão específica. A provisão excedente, por sua vez, baseia-se na experiência da Administração da companhia e na expectativa de realização ou não da carteira de créditos, levando em consideração riscos específicos e globais do crédito.

Após o reconhecimento dos resultados descritos acima, retira-se a parcela destinada ao pagamento de impostos e contribuições. Como reflexo, chega-se ao fim do DRE, descobrindo o Resultado – lucro ou prejuízo - Líquido do exercício.

#### ***1.4 – Como avaliar a rentabilidade?***

Para avaliar a rentabilidade do sistema bancário espanhol, este trabalho utilizará o indicador denominado de Retorno sobre Patrimônio Líquido, também conhecido como *Return on Equity* (ROE).

De acordo com Gabriel, Assaf Neto *et al.* (2003), o ROE corresponde a uma das principais medidas de rentabilidade, uma vez que avalia o retorno do acionista ao investir em determinada empresa. Complementarmente a essa visão, Iudícibus (1998) argumenta que o ROE expressa os resultados obtidos através da gestão dos recursos próprios, bem como de terceiros. O indicador serve, dessa forma, para avaliar o benefício gerado pela empresa em favor dos acionistas.

Conforme apresentado no Quadro 1, o ROE consiste na divisão entre lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido da empresa no período em questão. Tal dado serve, segundo Kassai, Kassai *et al.* (1999), para avaliar o rendimento sobre os recursos alocados pelos proprietários na empresa.

**Quadro 1:** Composição do ROE

$\text{Retorno sobre Patrimônio Líquido} = \text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
---

Fonte: Gabriel, Assaf Neto *et al.* (2003, p. 3).

A definição de Patrimônio líquido configura-se como ponto fundamental para entender o ROE. De acordo com Iudícibus, Martins *et al.* (2000) o patrimônio líquido pode ser definido, em termos gerais, como a diferença entre os ativos e passivos, correspondendo, assim, ao valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios. Ou seja, representa os recursos pertencentes à própria empresa.

Em relação às instituições bancárias, não é diferente. Segundo Gabriel, Assaf Neto e Corrar (2003, p. 4), “(...) o retorno sobre o patrimônio líquido fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários decorrente das margens de lucro, da eficiência operacional, capacidade de alavancagem do patrimônio e planejamento eficiente dos negócios”. Em síntese, o ROE consiste na ferramenta fundamental para a avaliação do desempenho dos bancos espanhóis no período anterior e posterior à crise financeira global, ocorrida ao final de 2007. Para classificar o nível de rentabilidade apresentado pelo sistema bancário espanhol, será utilizada como base a avaliação realizada por Silva (2006) referenciada na Tabela 3.

**Tabela 3:** Avaliação da rentabilidade através do ROE

Até 2%	Rentabilidade péssima
De 2% a 10%	Rentabilidade baixa
De 10% a 16%	Rentabilidade boa
Acima de 16%	Rentabilidade excelente

Fonte: Silva (2006, p. 307).

Este trabalho focará na evolução anual da rentabilidade de todo o sistema bancário espanhol. Para isto, serão usados os dados disponibilizados pelo Banco de España (BdE), que estabelece um patrimônio líquido médio entre as diversas instituições verificadas e, consequentemente, um retorno sobre o mesmo. Vale ressaltar que o BdE baseia sua análise nos CGs (*Consolidated Groups*):

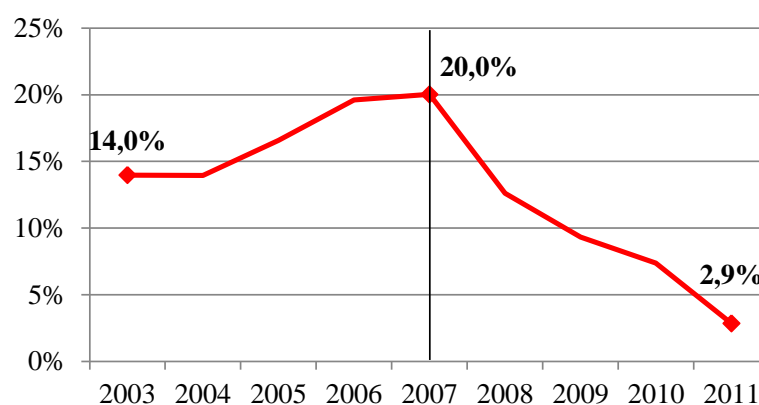
“Os grupos consolidados de instituições de crédito (CGs) englobam todas as instituições financeiras, exceto seguradoras (domésticas e estrangeiras), em que uma instituição de crédito espanhola exerça controle (...) o conceito de grupos consolidados costuma incluir as instituições de crédito espanholas que não pertencem a nenhum grupo [CIs], com objetivo de obter uma visão geral”. (BANCO DE ESPAÑA, 2001, p.18).

Egusquiza (2009) reforça que a utilização da análise através dos CGs permite uma melhor visão sobre o funcionamento do sistema bancário espanhol.

A

Figura 1 revela a evolução da rentabilidade do sistema bancário entre os anos de 2003 e 2012 – período de referência do trabalho.

**Figura 1: CGs - ROE entre 2001 e 2011**



Fonte: Banco de España (2006c, p. 56; 2010c, p. 115; 2011c, p. 117)

Através dessa imagem é possível distinguir dois momentos distintos para os bancos: antes e após 2008. Cada momento será discutido em um capítulo específico. O capítulo II tratará sobre o desempenho dos bancos até 2007, enquanto o capítulo III discorrerá sobre a performance a partir de 2008. É possível identificar um motivo preciso para tal transformação?

## **CAPÍTULO II – SISTEMA BANCÁRIO ESPANHOL ENTRE 2003 E 2007**

### ***II.1 – Cenário macroeconômico***

#### **II.1.1 – Contexto Mundial<sup>6</sup>**

De acordo com Escrivá, Egusquiza *et al.* (1997) o processo de integração de alguns países, tais como a Espanha, à Zona do Euro refletiu-se em mudanças em suas respectivas economias. A percepção de que a moeda única iria solucionar diversos problemas econômicos incentivou o desenvolvimento de tais nações, que se beneficiaram, em um primeiro momento, dos efeitos provenientes de uma redução das taxas de juros, bem como de um aumento da competitividade do sistema bancário. Houve, assim, uma ampliação da oferta de recursos (maior liquidez) e uma redução da aversão dos agentes com relação às diversas economias que adotaram a moeda única. Neste contexto, diferentes economias apresentaram maiores taxas de crescimento – principalmente através da expansão do crédito que, por sua vez, tornava-se mais barato.

Entre 2000 e 2002, contudo, o mundo vivenciou uma fase de menor crescimento, em que a expansão da economia global mostrou desaceleração. A crise que afetava a América Latina – com destaque para a Argentina – alimentou as incertezas dos investidores internacionais.

Neste cenário, diversos Bancos Centrais ao redor do planeta agiram para evitar maiores efeitos sobre as economias de seus respectivos países, receosos de enfrentarem um período de deflação. Desta maneira, tais instituições utilizaram-se de políticas monetárias expansionistas, injetando liquidez nos mercados financeiros. Entre 2002 e 2005, alguns países chegaram a apresentar taxas de juros negativas.

---

<sup>6</sup> Esse segmento baseia-se no artigo: Álvarez (2008).

Banco de España (2003b) salienta que a economia internacional recuperou-se em 2003, influenciada pelo bom desempenho apresentado pelos Estados Unidos. O mundo parecia ter adentrado, assim, em um período de maior estabilidade, registrando o mais longo ciclo de crescimento estável da história recente, fruto de um controle da inflação (e deflação), bem como da globalização.

Neste contexto, de acordo com *Monetary policy, financial stability and asset price*, o cenário de maior estabilidade financeira e crescimento econômico aumentou o apetite por risco dos investidores, provocando certa instabilidade no sistema financeiro – uma das principais razões para crise de 2007 (Caruana, 2005), conforme será visto no capítulo III.

Além das medidas dos Bancos Centrais, o processo de inovação registrado no mercado financeiro também proporcionou um aumento da liquidez internacional. Tal processo levou ao surgimento de novos produtos financeiros que, no geral, permitiram um aumento da rentabilidade em detrimento de uma elevação do risco. Uma das inovações ocorreu através da expansão do crédito imobiliário, com a criação de títulos referenciados em hipotecas. Ressalte-se que o aumento dos preços dos imóveis, oferecidos em garantia por empréstimos, modificou a estrutura de concessão de crédito, principalmente nos Estados Unidos.

Neste período de expansão, acompanhando a expansão do mercado financeiro internacional, não houve uma gestão prudente do risco das operações, nem avaliação correta pelas agências de classificação de risco. Como reflexo, houve um rápido crescimento das hipotecas, principalmente *subprime*<sup>7</sup> – ativos de maior risco.

A evolução do mercado financeiro, com o desenvolvimento de estruturas internacionalmente integradas, propiciou um maior crescimento da atividade econômica global: até 2007, a economia mundial cresceu, em média, 4,5% ao ano<sup>8</sup>. Tal movimento foi direcionado, principalmente, pela recuperação registrada nas economias emergentes, como pode ser verificado na Figura 2.

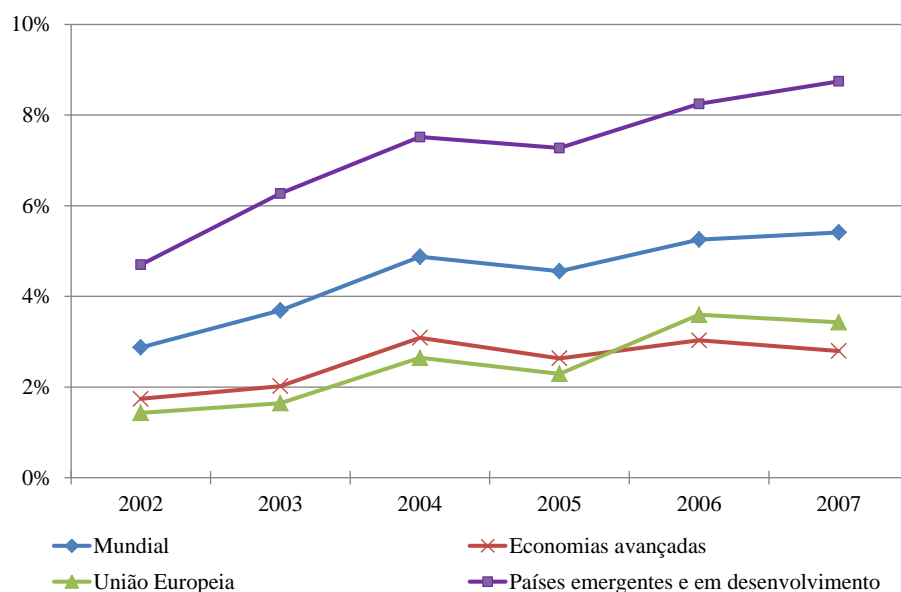
---

<sup>7</sup> Ativo que envolve maiores riscos, uma vez que possui menores garantias de pagamento. Tem histórico de maior inadimplência.

<sup>8</sup> Fonte: *International Monetary Fund*



**Figura 2: PIB mundial - crescimento entre 2002 e 2007**



Fonte: *International Monetary Fund*

Em síntese, pode-se concluir que a formação da Zona do Euro favoreceu o desempenho de diversas economias entrantes, tais como a Espanha. Já entre os anos de 2000 e 2002, houve um período de menor crescimento econômico que, por sua vez, foi seguido de um período relativamente longo de expansão consistente. Neste período de maior estabilidade, adotaram-se políticas monetárias expansionistas, as quais elevaram a liquidez global. Tais fatores, combinados com o surgimento de inovações financeiras, responsabilizaram-se, em grande parte, pela crise econômica iniciada em meados de 2007.

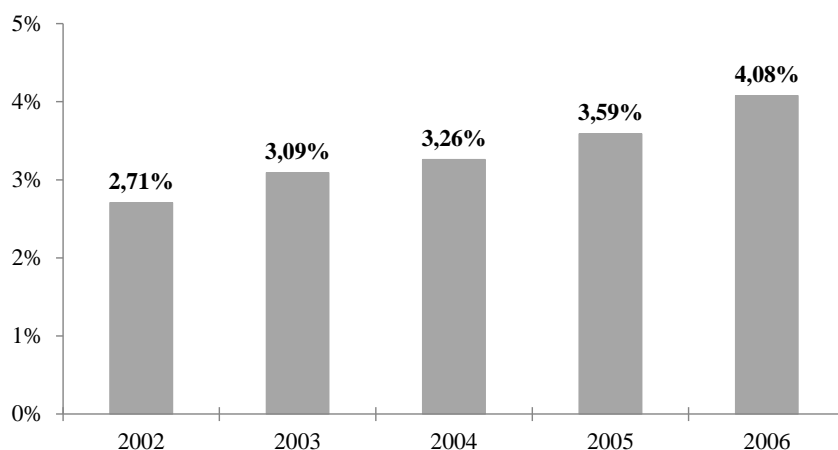
### II.1.2 – Economia da Espanha<sup>9</sup>

Segundo os autores Hernando e Villanueva (2012) e Egusquiza (2009), a partir de 2002, o favorável cenário financeiro global e os benefícios provenientes da entrada da Espanha à Zona do Euro impulsionaram o crescimento econômico do país, que acompanhou o movimento registrado pela economia mundial. No período, houve uma redução do risco de inadimplência, percepção de risco menor para qualquer atividade desenvolvida no país, aumento da demanda doméstica, além de maiores oportunidades de investimento. Tais fatores refletiram-se, assim, na recuperação demonstrada pela Figura 3.

---

<sup>9</sup> Esta seção foi fundamentada nas visões dos autores: Padilla (2011) e Álvarez (2008).

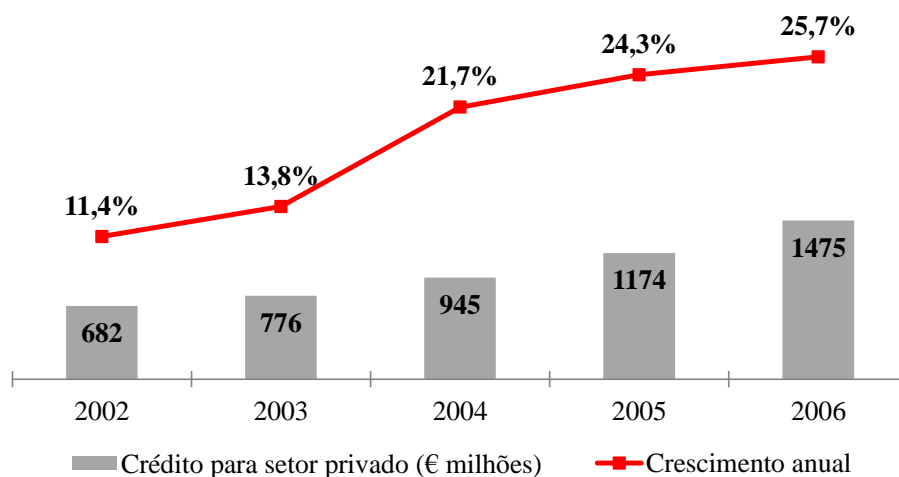
**Figura 3:** PIB espanhol – crescimento entre 2002 e 2006.



Fonte: *International Monetary Fund*

No período, a redução das taxas de juros aumentou o valor dos ativos<sup>10</sup>, bem como ampliou a capacidade de endividamento dos agentes econômicos. Tal processo estimulou o sistema bancário a conceder empréstimos ao setor privado espanhol, conforme releva a Figura 4.

**Figura 4:** Crédito para o setor privado espanhol entre 2002 e 2006



Fonte: Banco de España (2005c, p. 48; 2006c, p. 46)

Além do crescimento do crédito, a economia da Espanha apresentou diversas mudanças, dentre as quais destacam-se: (i) maior abertura comercial, (ii) flexibilização do

---

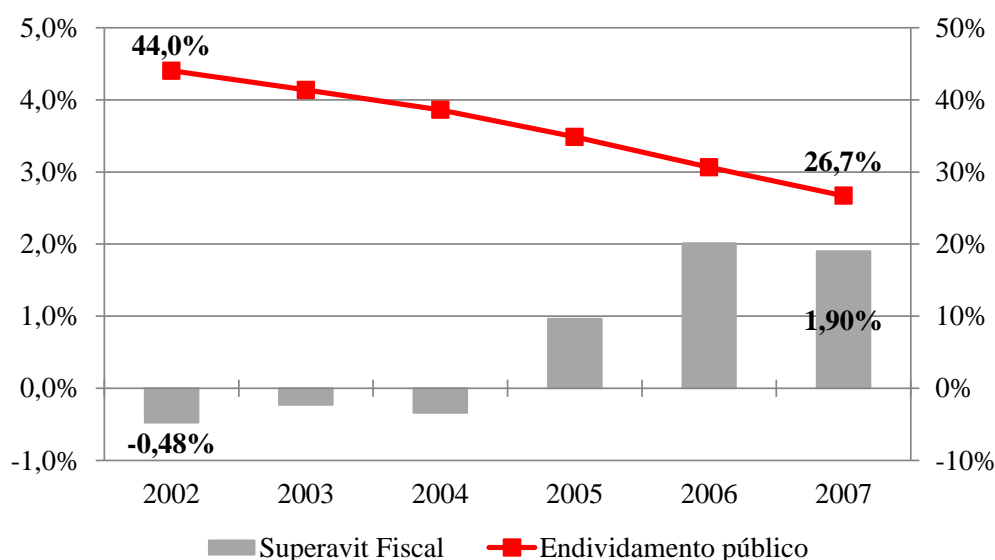
<sup>10</sup> Com a menor taxa de juros, houve uma redução da taxa de desconto. Como reflexo, ao serem trazidos a valor presente, os ativos (garantias oferecidas pelos clientes) tornaram-se relativamente mais valiosos.

mercado de trabalho, (iii) desregulamentação do setor imobiliário, e (iv) modificação da política fiscal.

Em um contexto de elevada liquidez, a desregulamentação do setor imobiliário<sup>11</sup>, fomentou a evolução do mercado de construção civil na Espanha. Entre 1998 e 2006, a construção de novas moradias apresentou expansão, assim como seus preços – chegando a subir mais de 10% por ano<sup>12</sup>. Como reflexo, o setor elevou sua participação na economia.

No que tange à política fiscal, a Espanha buscou equilibrar seu orçamento, evitando aumentar gastos públicos. O país procurava, dessa forma, reduzir seu nível de endividamento, reduzindo as incertezas quanto à sua capacidade de pagamento aos credores. A Figura 5, abaixo, revela o superávit fiscal alcançado pelo país.

**Figura 5:** Resultado fiscal espanhol entre 2002 e 2006 (em percentual do PIB).



Fonte: *International Monetary Fund*

<sup>11</sup> Baseado em: “En el caso español, muchos académicos opinan que el punto de inflexión en la burbuja inmobiliaria española fue el Real Decreto Ley 4/2000, 23 de junio de 2000, con el que se pretende liberalizar el mercado del suelo en España”. (PADILLA, 2011, p. 49).

<sup>12</sup> Fonte: Padilla (2011, p. 48).

A flexibilização do mercado de trabalho, por sua vez, reduziu o direito dos trabalhadores frente aos empregadores. A medida facilitava, assim, a contratação e a demissão de trabalhadores no país.

Finalmente, a maior abertura comercial facilitou a entrada ou saída de divisas do país, dependendo do nível de competitividade internacional da produção espanhola. Uma maior competitividade espanhola refletiria em uma maior entrada de divisas, enquanto uma menor eficiência da produção doméstica levaria a um déficit comercial. Destaca-se que, entre 1998 e 2007, o crescimento das importações de bens e serviços superou o aumento das exportações<sup>13</sup>.

Em síntese do acima exposto, a partir de 2003, a economia espanhola apresentou recuperação gradual de sua atividade econômica, acompanhando o movimento internacional que, por sua vez, foi impulsionado pela maior liquidez no mercado financeiro. No âmbito doméstico, as diversas transformações ocorridas desde a entrada na Zona do Euro obtiveram suas implicações, assim como teriam no período mais a frente (depois de 2007, com o início da crise). Haja visto o objetivo deste trabalho, vale ressaltar os fatores que mais contribuíram para o desempenho dos bancos espanhóis: o rápido crescimento do crédito, bem como do setor imobiliário – o primeiro impactou positivamente o segundo e vice versa.

## ***II.2 – A estrutura do sistema bancário espanhol***

### ***II.2.1 – Integração à Zona do Euro<sup>14</sup>***

No que tange ao sistema bancário espanhol, houve um elevado número de reformas e transformações durante as últimas décadas. Dentre elas, a regulamentação do setor bancário sofreu diversas modificações, principalmente após a adoção do Euro, uma vez que as autoridades europeias procuraram diminuir as divergências entre os países que o utilizavam. Para a União Europeia, a formação de um mercado financeiro integrado geraria diversos benefícios, podendo fomentar o crescimento econômico da região de maneira mais efetiva.

Tais medidas apresentavam diferenças com relação às diferentes atividades existentes no mercado financeiro, tendo em vista suas respectivas especificidades. Havia, no geral, um

---

<sup>13</sup> Fonte: *International Monetary Fund*.

<sup>14</sup> Esta seção baseou-se em: Egusquiza (2007; 2008b).

maior foco nas ações destinadas às atividades de maior influência<sup>15</sup>, em detrimento de outras com menores mercados, como as atividades de intermediação financeira tradicional. As autoridades europeias acreditavam que, assim, os ajustes nos segmentos de maior expressividade implicariam em modificações nos demais mercados.

A primeira ação efetiva da União Europeia consistiu no *Plan de Acción de Servicios Financieros*, também denominado de PASF, desenvolvido entre 1999 e 2005. Dentre muitas ações previstas, o plano buscava aumentar a integração europeia, principalmente, nos mercados títulos e valores. No que tange aos mercados relativamente menores, o plano adotava medidas como a retirada de obstáculos jurídicos, administrativos e burocráticos.

Além do PASF, a União Europeia deu origem, em 2001, ao Processo *Lamfalussy*. De acordo com a *Comisión Nacional de Mercado de Valores* (CVMN), tal processo foi criado para desenvolver a legislação e supervisão referente ao mercado de capitais na região, aumentando a convergência entre os diversos países.

Tais medidas resultaram em uma pequena integração dos mercados de menor porte em relação à convergência verificada nos grandes mercados. Como reflexo, as autoridades europeias passaram a analisar especificamente o sistema bancário, visando agilizar a integração europeia através, basicamente, de um processo de concentração. Adotaram-se, para isso, medidas relativas ao sistema de pagamentos dos bancos e ao crédito para o consumidor – principalmente hipotecário.

## **II.2.2 – Modelo de negócios<sup>16</sup>**

Neste contexto, o sistema bancário espanhol apresentava, no geral, um padrão operacional definido, com características particulares. As entidades de crédito se diferenciavam das demais instituições da União Europeia, como um todo<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Também chamados de *mayoristas*, tais atividades incluem o mercado interbancário, de títulos de renda fixa públicos e privados, dentre outros.

<sup>16</sup> Esta seção baseou-se em Escrivá, Egusquiza *et al.* (1997), Ordóñez (2008), Álvarez (2008).

<sup>17</sup> Egusquiza (2008b), Escrivá, Egusquiza *et al.* (1997), Roldán (2010), Ordóñez (2008), *International Monetary Fund* (2012b), Álvarez (2008).

Egusquiza (2008b) ressalta que os bancos espanhóis operavam, em sua maioria, no âmbito regional. Sendo assim, poucas instituições registravam operações ao redor de todo o país ou internacionalmente. O modelo de negócio espanhol impunha barreiras à entrada de concorrentes estrangeiros, assim como estava adaptado às características culturais do país. Neste cenário, poucos bancos espanhóis eram atraídos pelos mercados internacionais e também o contrário. Delgado, Salas *et al.* (2007) defendem que não havia um padrão sobre o tamanho dos bancos espanhóis. Tais entidades se dispersavam ao redor do território espanhol.

Mas por que esse modelo de negócios espanhol servia de obstáculo a outros bancos internacionais? Por que ocorria certa segmentação regional?

De acordo com *La banca española ante la actual crisis financiera*:

“O sistema bancário espanhol manteve seu foco na tradicional operação de intermediação financeira. Apesar de, nos últimos anos, grande parte do sistema bancário internacional ter alterado seu enfoque para o [modelo] baseado na concessão de crédito e transferência do risco, descuidando seus serviços aos clientes, o sistema bancário espanhol manteve seu modelo intensivo na distribuição de serviços financeiros, através de uma extensa rede de agências que asseguravam a proximidade ao cliente, bem como um ambiente muito competitivo...” (ÁLVAREZ, 2008, p. 28).<sup>18</sup>

Em suma, acreditava-se que a relação existente entre bancos e clientes baseava-se na proximidade entre os agentes. Como reflexo, havia uma melhor análise de risco por parte dos bancos, que destinavam maior atenção aos clientes. Os últimos, por sua vez, registravam maior fidelidade a tais instituições.

Neste contexto, os bancos espanhóis se especializaram nas atividades de varejo tradicionais, com foco na atividade financeira, sofrendo, assim, menores efeitos advindos das medidas de integração do mercado financeiro adotadas pela União Europeia (Escrivá, Egusquiza *et al.*, 1997; Egusquiza, 2008b). Tal estratégia refletiu-se em maior capacidade de

---

<sup>18</sup> Tradução livre do texto: “El sistema bancario español ha mantenido el foco en la banca minorista. Mientras que, en los últimos años, una gran parte de la banca internacional dio un giro hacia un enfoque basado en la originación de crédito y la transferencia del riesgo, descuidando el servicio al cliente, la banca española ha mantenido su modelo intensivo en distribución de servicios financieros, a través de una extensa red de oficinas que aseguraban la cercanía al cliente y en un entorno muy competitivo”. (ÁLVAREZ, 2008, p. 28).

se financiar através do depósito dos clientes, reduzindo a necessidade de acessar outros tipos de mercados, como o interbancário. Existia, assim, um sistema de pagamentos interno voltado a essas atividades, fato que contribuiu para segmentar os mercados internacionais e nacionais.

Ademais, a estrutura dos bancos espanhóis permitia uma maior flexibilidade de suas operações, podendo adaptar-se aos diferentes cenários, com maior ou menor crescimento econômico. Desta forma, sistema bancário da Espanha exibiu certa competitividade em relação às instituições estrangeiras.

Pode-se concluir, através das ideias acima expostas, que o sistema bancário espanhol era formado, no geral, por bancos voltados ao varejo, com operações de intermediação financeira tradicional. Já o sistema de pagamentos espanhol, em consequência do contato mais próximo com os clientes, permitia uma diferenciação em relação ao cenário internacional, bem como admitia uma maior distribuição dos diversos bancos internamente. Sendo assim, até 2006, é possível afirmar que não havia uma grande concentração bancária no país (apenas dois bancos apresentavam maior participação no mercado).

No que diz respeito a solidez financeira, tais bancos apresentavam elevada exposição a ativos de risco, tais como os norte-americanos?

O modelo adotado pelas instituições espanholas baseava-se em “originar e reter”, fundamentado em uma melhor gestão dos riscos e na avaliação da exposição aos diversos ativos do mercado - se diferenciando, assim, do modelo denominado “originar para distribuir”<sup>19</sup>, adotado nos Estados Unidos. A emissão de títulos por parte dos bancos espanhóis ocorria, no geral, com o objetivo de manter a liquidez no longo prazo e não para transferir o risco de operações criadas nos próprios bancos, como, por exemplo, títulos lastreados em hipotecas. Neste cenário, Egusquiza (2009) afirma que as inovações financeiras, bem como as estruturas financeiras integradas, criadas entre 2003 e 2008, não expandiram-se excessivamente na Espanha.

Segundo Saurina (2011) e Álvarez (2008), a preocupação com uma possível ruptura de um cenário de expressivo crescimento do crédito fez com que o Banco de Espanha adotasse,

---

<sup>19</sup> Termos (originar e reter e originar para distribuir) utilizados em Álvarez (2008, p. 28) e Saurina (2011, p. 12).

desde meados de 2000, uma política macroprudencial que reforçava a posição relativamente sólida do sistema bancário do país. A autoridade tomou certas decisões consideradas conservadoras, tal como a determinação de um novo tipo de provisão, denominada de dinâmica, estatística ou anticíclica<sup>20</sup>.

Distingue-se os tipos de provisões utilizadas no período:

“Enquanto a provisão genérica é calculada para todos os empréstimos, a específica cobre apenas as perdas por desvalorização de ativos e contingências de passivos e a provisão estatística tem como único objetivo cobrir potenciais perdas futuras por *impairment*.”<sup>21</sup>. (BANCO DE ESPAÑA, 2001c, p. 43)

Casado e Fuentes (2011), Ordóñez (2008) e Saurina (2011) ressaltam que as provisões dinâmicas eram acumuladas de acordo com o crescimento da carteira de crédito dos bancos, tornando-se as maiores responsáveis pelo acúmulo total de provisões, durante o relativamente longo período de crescimento estável registrado na Espanha. Tais provisões compensaram, parcialmente, a decisão dos bancos de não reforçarem as suas estruturas de capital durante o período de suas expansões. Essa medida buscava, desta forma, reduzir a volatilidade do crescimento do crédito, bem como a característica pró-cíclica do sistema bancário. Tal mecanismo, contudo, chegou ao fim em 2005, após a adoção de novas regras no país.

Vale ressaltar que, conforme explicado no capítulo 1, as provisões são reconhecidas no DRE, afetando o lucro líquido do exercício.

Neste contexto, entre 2003 e 2007, as instituições bancárias espanholas apresentavam uma posição financeira confortável, com elevados níveis de solvência – acima dos padrões exigidos pelo acordo de Basiléia em vigor<sup>22</sup>. Além disso, as hipotecas, que haviam registrado forte expansão até 2007, encontravam-se atreladas a alguma garantia (variável), tal como o próprio imóvel, reduzindo o risco das operações dos bancos. Sendo assim, o sistema bancário

---

<sup>20</sup> Podendo variar de acordo com o autor.

<sup>21</sup> Tradução livre do texto: “While the general provision is calculated for all loans, the specific one covers the losses on impaired loans and contingent liabilities and the statistical one seeks to cover potential losses in advance of impairment”. (BANCO DE ESPAÑA, 2001c, p. 43)

<sup>22</sup> Os acordos de Basiléia têm como objetivo fortalecer a estrutura de capital dos bancos, aumentando a solidez financeira e aumentando a estabilidade de todo o sistema bancário mundial, reduzindo riscos.



espanhol estava menos exposto a riscos na comparação com os bancos americanos nos anos próximos da crise de 2007/2008.

### II.2.3 – Segmentação do sistema bancário<sup>23</sup>

Para entender a dinâmica existente durante esta fase de rápido crescimento, entre os anos de 2003 e 2007, torna-se importante conhecer como evoluiu a estrutura das diferentes instituições de crédito<sup>24</sup> presentes na Espanha, uma vez que tal evolução alterou certas características do sistema bancário. Pode-se dizer que as relações entre bancos comerciais, casas de poupança e cooperativas de crédito modificaram-se de acordo com o desempenho da economia espanhola.

O *International Monetary Fund* (2006) sistema bancário ressalta que após a liberalização, ocorrida em 1977, o sistema bancário espanhol apresentou diversas transformações, com uma rápida expansão e consolidação. Após tais reformas, as casas de poupança puderam atuar em praticamente todos os segmentos bancários e em qualquer território, nacional ou internacional. Como reflexo, até 2005, destacou-se o crescimento deste tipo de banco, que aumentou sua participação de mercado, enquanto os bancos comerciais perderam fatia.

Banco de España (2001), Delgado, Salas e Saurina (2006), Escrivá, Egusquiza *et al.* (1997) e *International Monetary Fund* (2006) afirmam que o aumento da concorrência e a entrada da Espanha na Zona do Euro fomentaram uma maior consolidação do setor bancário através de fusões e aquisições, principalmente entre os maiores bancos comerciais. Tal consolidação refletiu-se, assim, na criação de bancos de maior porte na Espanha<sup>25</sup>. A Figura 6, abaixo, apresenta a estrutura do sistema bancário em termos de concentração. Até 2007, os dois maiores CGs permaneceram com aproximadamente 40% do total dos ativos do setor.

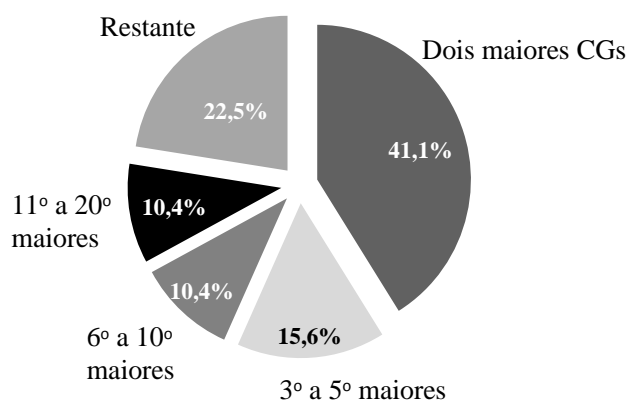
---

<sup>23</sup> Esta seção baseou-se em Delgado, Salas e Saurina (2006)

<sup>24</sup> Em instituições de crédito incluem-se bancos comerciais, bancos de poupança e cooperativas de crédito.

<sup>25</sup> Banco de España (2001, p.22) afirma que a concentração entre os maiores bancos da Espanha aumentou significativamente entre 1998 e 2000, após as fusões do Banco Santander com o Banco Central Hispano e do BBV com Argentaria.

**Figura 6:** Sistema bancário espanhol: concentração em 2003 (percentual do total de ativos)



Fonte: Banco de España (2003c, p. 24)

Após esse processo de reformas e mudanças, quais as principais diferenças entre bancos comerciais, de poupança e cooperativas de crédito? <sup>o</sup>

Delgado, Salas e Saurina (2006) os definem da seguinte forma:

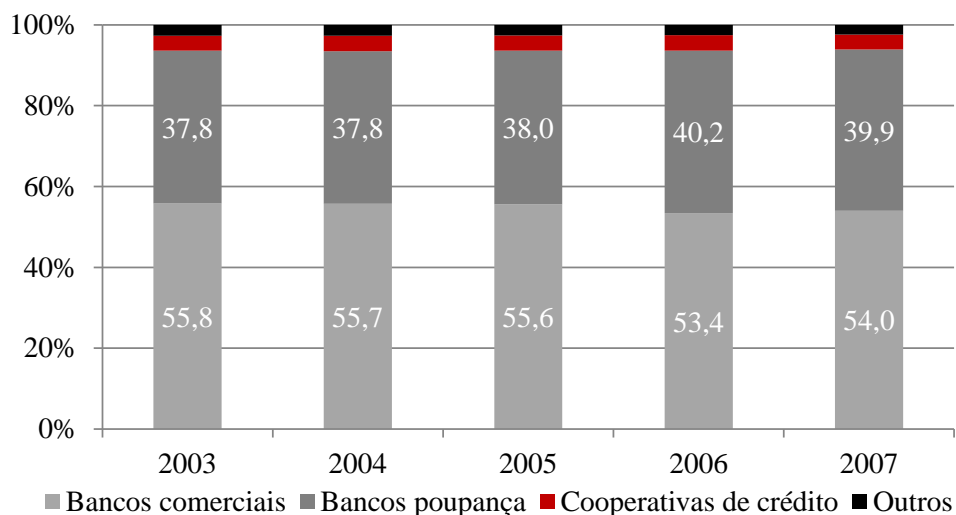
“Bancos comerciais são empresas controladas por sócios. Bancos de poupança podem ser comparados a organizações comerciais sem fins lucrativos [Hansmann (1996)]; comerciais porque estão sujeitas as mesmas condições regulatórias e competitivas das demais entidades privadas; sem fins lucrativos porque os lucros acumulados precisam ser retidos ou destinados a dividendos sociais (distribuídos a programas culturais e sociais em benefício público). Cooperativas de crédito podem ser comparadas a grupos de bancos de poupança”. (DELGADO, SALAS E SAURINA, 2006, p.12) <sup>26</sup>

A Figura 7, por sua vez, revela a participação de cada tipo de banco no balanço total do setor (considerando CGs).

---

<sup>26</sup> Traduzido do texto: “Commercial banks are companies owned by shareholders. Savings banks can be assimilated to not-for-profit commercial organizations [Hansmann (1996)]; commercial because they are subject to the same regulatory and competitive conditions than the rest of ownership forms; not-for-profit because the profits they make have as destination either retained earnings or a “social dividend” (pay for social or cultural programs in benefit of the community). Credit cooperatives can be assimilated to mutual thrifts.” (DELGADO, SALAS E SAURINA, 2006, p.12).

**Figura 7:** Segmentação do sistema bancário espanhol (2003 e 2007)



Fonte: Banco de España (2007c, p. 89)

Em termos de especialização, os bancos de poupança e cooperativas de crédito apresentavam características direcionadas a uma estrutura regional, estratégia um pouco distinta das operações relativas aos bancos comerciais, que apresentavam maior nível de consolidação.

Apesar das dificuldades enfrentadas, as grandes instituições - em pequeno número e basicamente formadas por bancos comerciais - conseguiram expandir-se internacionalmente, principalmente para a América Latina. Essa estratégia, conforme será explicado na próxima parte deste capítulo, influenciou a rentabilidade de tais bancos e, conseqüentemente, do sistema bancário.

Padilla (2011) destaca que as mutações no sistema bancário continuaram, em função, principalmente, do crescimento registrado pelos mercados creditício e imobiliário na Espanha. A expansão apresentada pelo setor imobiliário implicou em um aumento dos serviços bancários destinados ao setor entre 2000 e 2007. Houve, assim, uma maior disponibilidade de crédito tanto para compradores dos imóveis, quanto para as empresas que os construíam.

Neste contexto, os bancos de poupança conseguiram continuar ampliando sua participação de mercado. Em 2006, essa evolução fez com que as casas de poupança, somadas às cooperativas de crédito, tornassem-se responsáveis por metade do mercado varejista de

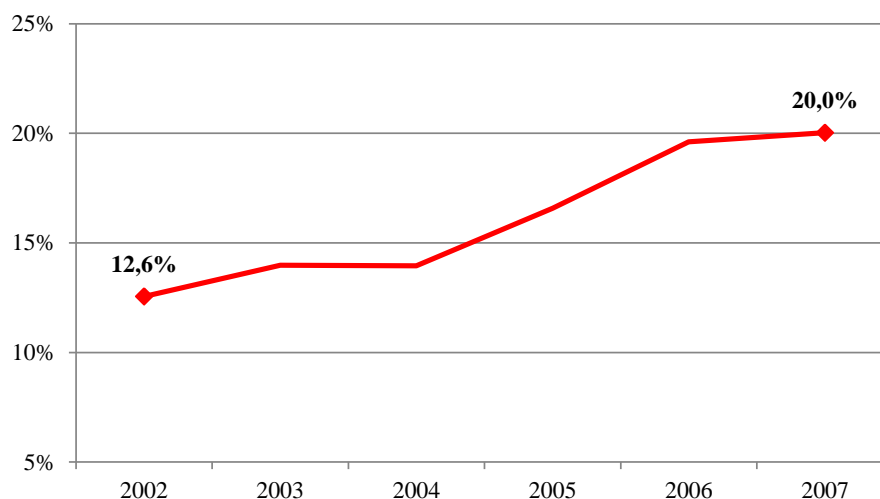
crédito<sup>27</sup>. Ressalte-se que as cooperativas de crédito apresentavam, no geral, apenas uma pequena fatia do mercado.

Em suma, as modificações apresentadas pelo sistema bancário espanhol reforçaram sua orientação de destinar maior atenção às operações de intermediação financeira tradicional, com uma segmentação regional. Neste contexto, os bancos de poupança e cooperativas de crédito aumentaram sua participação no mercado creditício, ao passo que os bancos comerciais reduziram sua fatia. Ademais, apesar de uma grande diversidade no tamanho dos bancos, o processo de consolidação do setor deu origem a grandes corporações nacionais, as quais passaram a operar internacionalmente. Em relação à exposição ao risco, o sistema bancário espanhol podia ser considerado conservador, tendo em vista a gestão do risco das diferentes operações e a rígida regulação estabelecida pelo BdE.

### ***II.3 – Rentabilidade do sistema bancário<sup>28</sup>***

De acordo com a Figura 8, a rentabilidade de tais grupos apresentou uma mudança de sua trajetória a partir de 2003. Qual a justificativa para esse movimento?

**Figura 8:** Sistema bancário espanhol - ROE entre 2002 e 2007



Fonte: Banco de España (2006c, p. 56; 2010c, p. 115)

---

<sup>27</sup> Dados retirados de Delgado, Salas e Saurina (2006, p. 6).

<sup>28</sup> Esta seção foi baseada em Banco de España (2003a,b,c; 2004a,b,c; 2005 a,b,c; 2006a,b,c; 2007a,b,c; 2008a,b,c); Álvarez (2008) e Egusquiza (2009).

De acordo com Lis, Pagés *et al.* (2000), há um comportamento pró-cíclico bastante expressivo no negócio – principalmente na Espanha. Ou seja, o sistema bancário tende a acompanhar, com maior volatilidade, os movimentos apresentados na economia. Sendo assim, o desempenho macroeconômico influencia diretamente o comportamento dos bancos.

Neste contexto, destaca-se que, até 2003, a crise da América Latina afetava o sistema bancário espanhol. De maneira direta, o menor crescimento dos países da região afetava as operações das instituições de crédito espanholas que lá atuavam. Ademais, o resultado das subsidiárias espanholas sofreu efeitos negativos provenientes da desvalorização das moedas latino-americanas em relação ao euro. Já de maneira indireta, o pior desempenho das economias emergentes afetou o crescimento mundial, inclusive espanhol.

Ressalte-se que as operações na região apresentavam margens de rentabilidade mais elevadas, tendo em vista o maior potencial de crescimento dos mercados ainda em desenvolvimento, bem como o maior “prêmio de risco”<sup>29</sup> atribuído a esses investimentos.

Além disso, o sistema bancário espanhol também foi afetado, nesse período, pelo menor crescimento da economia dos Estados Unidos, bem como pelo aumento da aversão ao risco por parte dos investidores internacionais, que reduziu a liquidez nos mercados financeiros.

O cenário internacional, no entanto, tornou-se favorável para os bancos espanhóis entre 2003 e 2007. A economia mundial apresentou um crescimento com estabilidade, enquanto a liquidez global tornava-se maior. Ademais, o surgimento de diversas inovações financeiras beneficiou, durante tais anos, a rentabilidade dos bancos, tendo em vista o desenvolvimento de operações que possibilitavam maiores retornos (e maiores riscos).

Segundo Martín-Oliver, Ruano *et al.* (2012) e Egusquiza (2008a), na Espanha, as condições domésticas também influenciaram positivamente o sistema bancário espanhol. Tais condições decorriam, principalmente, do ambiente externo, bem como dos efeitos provenientes da entrada do país na Zona do Euro.

---

<sup>29</sup> O conceito de prêmio de risco refere-se à diferença entre a remuneração de um ativo considerado seguro (conceitualmente livre de risco) e um outro ativo com maior exposição a riscos. Isto é, consiste na rentabilidade adicional que um investidor aceita em função de maiores riscos.

Neste contexto, conforme pode ser observado na Figura 8, na página 36, o sistema bancário espanhol iniciou um processo de expansão de sua rentabilidade. Tal início foi impulsionado, principalmente, pelo melhor desempenho apresentado nas operações existentes na Espanha, bem como pela redução do risco global e de crédito. Houve, assim, um declínio das provisões (em parte relativas à recuperação latino-americana) e uma valorização dos ativos financeiros nacionais e internacionais. Este último implicou, por sua vez, em um crescimento dos retornos referentes a transações financeiras.

Por outro lado, além dos resultados mais fracos advindos das operações internacionais, o sistema bancário espanhol ainda enfrentou alguns entraves que não permitiram uma melhora maior em 2003. Dentre eles, vale ressaltar a redução do *spread* bancário<sup>30</sup> que decorreu, por sua vez, das menores taxas de juros, bem como do aumento do custo de captação dos bancos. Reportou-se, assim, uma redução do resultado de intermediação financeira – principal atividade dos bancos espanhóis.

Já entre 2004 e 2007, Álvarez (2008), Martín-Oliver, Ruano *et al.* (2012), Casado e Fuentes (2011) e Padilla (2011) afirmam que houve uma expansão do crédito, com aumento da demanda, principalmente por parte do setor imobiliário. Como reflexo, os bancos ampliaram a estrutura de seus balanços, apresentando uma elevação das receitas provenientes da atividade de intermediação financeira (principalmente entre 2005 e 2007). Egusquiza (2008a, 2009) e Banco de España (2006a) ressaltam, contudo, que a taxa de juros utilizada pelo setor na oferta de crédito caiu, refletindo, principalmente, a maior competição dos bancos, que buscavam atrair maior número de clientes.

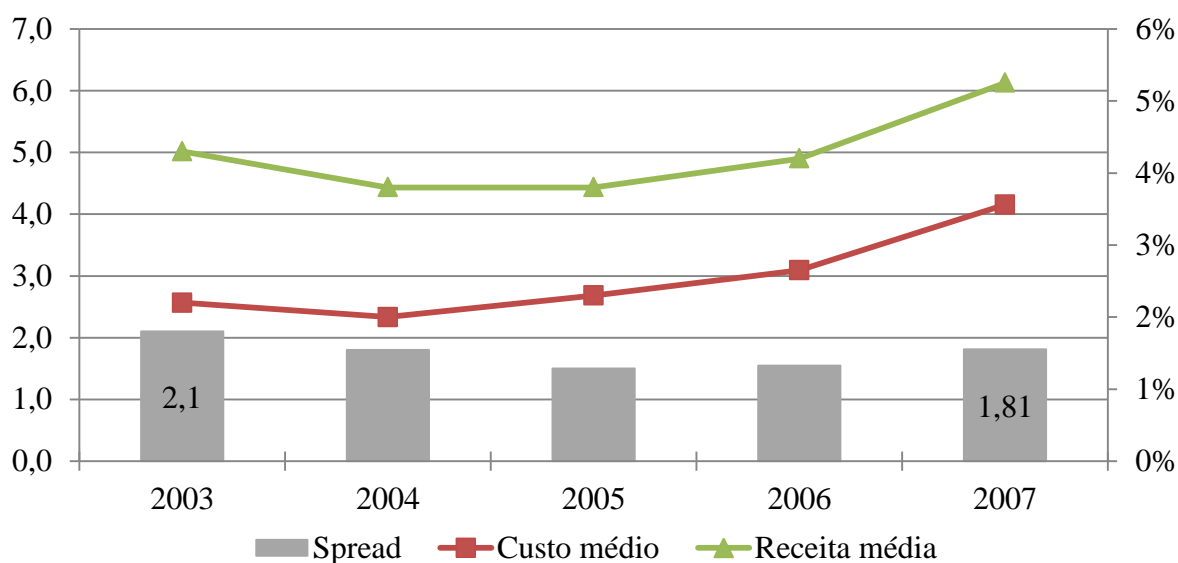
Tal movimento de elevação da demanda por crédito implicou em uma maior busca de recursos para financiá-la, resultando, por sua vez, em um aumento do custo de capital para os bancos, conforme pode ser observado na Figura 9, na página 39. Os maiores custos também podem ser justificados pela maior competição existente no setor bancário. Em síntese, houve um aumento das despesas com intermediação financeira no período em questão.

---

<sup>30</sup> *Spread* bancário pode ser explicado, em linhas gerais, como a diferença entre a taxa cobrada dos agentes deficitários, demandantes de recursos, e os custos relativos ao pagamento para agentes superavitários, que concederam capital ao intermediário financeiro. Ou seja, consiste no resultado da intermediação financeira em relação ao total de despesas financeiras. É apresentado em percentual.

Neste contexto, Egusquiza (2008a, 2009) e Álvarez (2008) afirmam que a emissão de títulos de dívida no mercado financeiro internacional, ampliou-se, tendo em vista, dentre outros fatores, os menores custos de tais operações e o aumento da necessidade de capital. Ressalte-se a característica histórica do sistema bancário espanhol de não usar de maneira excessiva o mercado interbancário, utilizando-se, basicamente, de recursos provenientes de depósitos de clientes.

**Figura 9:** *Spread* bancário entre 2003 e 2007 (p.p.)



Fonte: Banco de España (2007c, p. 80)

De acordo com o acima exposto, pode-se afirmar que ocorreu um crescimento do resultado advindo da atividade de intermediação financeira, bem como uma redução do *spread* bancário, dando continuidade ao movimento já apresentado em 2003. Sendo assim, os bancos melhoraram parte de seus resultados, apesar de reduzirem, parcialmente, a rentabilidade deste segmento.

No que tange às receitas provenientes de serviços prestados pelos bancos, registrou-se um aumento, fruto, basicamente, das maiores comissões e tarifas bancárias, da maior comercialização de produtos financeiros não bancários e dos ganhos relativos a operações financeiras e variações cambiais.

Quanto às tarifas e comissões, houve crescimento em praticamente todos os produtos oferecidos pelos bancos, haja visto o aumento da atividade do setor. No entanto, a

participação de tais receitas no total de ativos bancários recuou. Esse movimento acompanhou a redução de participação dos resultados referentes à intermediação financeira (tendo em vista a correlação entre as atividades), bem como derivou da maior competição registrada no sistema bancário espanhol.

Já os ganhos advindos da venda de produtos não bancários tornaram-se maiores, devido ao crescimento das atividades de seguros e fundos de investimentos. Tal movimento foi direcionado, por sua vez, pela maior expansão dos seguros relativos à concessão de crédito.

Finalmente, os ganhos com operações financeiras também se destacaram no período em questão. Os investimentos dos bancos apresentaram bom desempenho, refletindo o aumento dos lucros corporativos, bem como a evolução dos mercados financeiros internacionais até meados de 2007. Sendo assim, o sistema bancário espanhol beneficiou-se de duas maneiras distintas: da venda de parte de ativos pertencentes aos bancos, bem como dos melhores resultados provenientes de tais empresas. De acordo com Banco de España (2006c, p. 32): “a venda de ativos fazia parte de uma estratégia de reduzir a concentração em alguns setores da economia [seguros e imobiliário].”<sup>31</sup> Tais ganhos, contudo, responsabilizavam-se por pequena fatia das receitas dos bancos, possuindo pouca influência nos resultados agregados.

As instituições bancárias espanholas apresentaram, assim, um aumento do lucro bruto. Em relação ao total de ativos, contudo, houve uma leve redução da participação do lucro bruto, acompanhando o declínio registrado pela atividade de intermediação financeira.

No que diz respeito às despesas, registrou-se um crescimento em ritmo menos acelerado do que a atividade bancária, refletindo o controle de custos realizado pelas instituições bancárias durante o período de expansão do crédito. Em consequência, a produtividade elevou-se, levando a economias com gastos administrativos, com empregados, além das menores despesas relativas a amortizações. Em suma, a taxa de eficiência recuou no

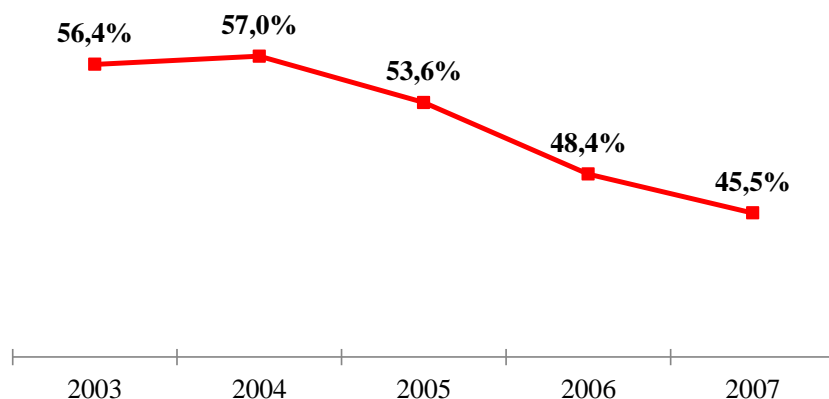
---

<sup>31</sup> Tradução livre do texto: “The sale of investments formed part of a strategy to reduce the concentration in these economic sectors”. (BANCO DE ESPAÑA, 2006c, p. 32).



período<sup>32</sup>, movimento que pode ser visto através da Figura 10, na página 41. Destaca-se, todavia, que tal queda decorreu, principalmente, do crescimento da atividade bancária, uma vez que as despesas fixas aumentaram em termos absolutos.

**Figura 10: CGs - taxa de eficiência (entre 2003 e 2007)**



Fonte: Banco de España (2007c, p. 97)

Ademais, entre 2003 e 2006, o volume de provisões não apresentou mudanças expressivas, sem provocar, assim, grandes efeitos sobre o resultado final do sistema bancário espanhol. No DRE, a implementação das provisões dinâmicas, até 2005, não refletiu-se em grandes impactos sobre o lucro líquido, tendo em vista a redução de outras provisões, tal como a específica. Isso porque, as condições macroeconômicas mais favoráveis impediram uma rápida expansão das taxas de inadimplência, bem como não geraram uma repentina desvalorização de ativos financeiros.

Assim como as provisões, as demais rubricas do DRE não apresentaram mutações relevantes, não influenciando significativamente o resultado do sistema bancário até a crise financeira internacional - a partir do final de 2007.

Destaca-se que, especificamente em 2007, apesar de continuar em crescimento de suas atividades, as entidades de crédito reduziram seu ritmo de expansão, apresentando uma evolução moderada de suas rentabilidades. O DRE de tais instituições sofreu impacto

---

<sup>32</sup> Taxa de eficiência consiste na divisão entre despesas operacionais (com pessoal, depreciação, gerais e administrativas) e lucro bruto. Ou seja, quanto menor, melhor para os bancos.

negativo proveniente das maiores incertezas quanto à possibilidade de uma crise financeira internacional. Como reflexo, o acesso a recursos obtidos através dos mercados financeiros tornou-se mais restrito. Ademais, aumentaram-se os volumes de provisões, com diferentes objetivos, refletindo a maior percepção de risco dos agentes econômicos.

No que diz respeito ao lucro líquido, entre 2003 e 2007, a rubrica mostrou expressivo crescimento - quase 170%<sup>33</sup>. O ROE, em consequência, subiu quase 6 p.p.. Seguindo a classificação exposta na tabela sobre os diferentes níveis de ROE, apresentada no capítulo I, o sistema bancário espanhol manteve, no período, uma excelente rentabilidade (ROE ultrapassou 20% em 2007<sup>34</sup>). De maneira geral, tal movimento foi fruto da evolução das principais atividades bancárias, com destaque para a melhora na taxa de eficiência. Ou seja, a redução das despesas, em termos relativos, configurou-se como fundamental para o aumento da rentabilidade no período.

Neste contexto, Egusquiza (2008a), Álvarez (2008) e Ordóñez (2008) e Banco de España (2006a,b) afirmam que os bancos espanhóis apresentavam uma sólida posição financeira, servindo como uma proteção contra possíveis crises.

Pode-se afirmar que o aumento da rentabilidade mostrou-se relevante para ajudar os bancos espanhóis a enfrentarem a crise econômica, iniciada efetivamente em 2008?

---

<sup>33</sup> Dados retirados de Banco de España (2006c, p. 56; 2008c, p. 105)

<sup>34</sup> Dados retirados de Banco de España (2006c, p. 56; 2008c, p. 105)

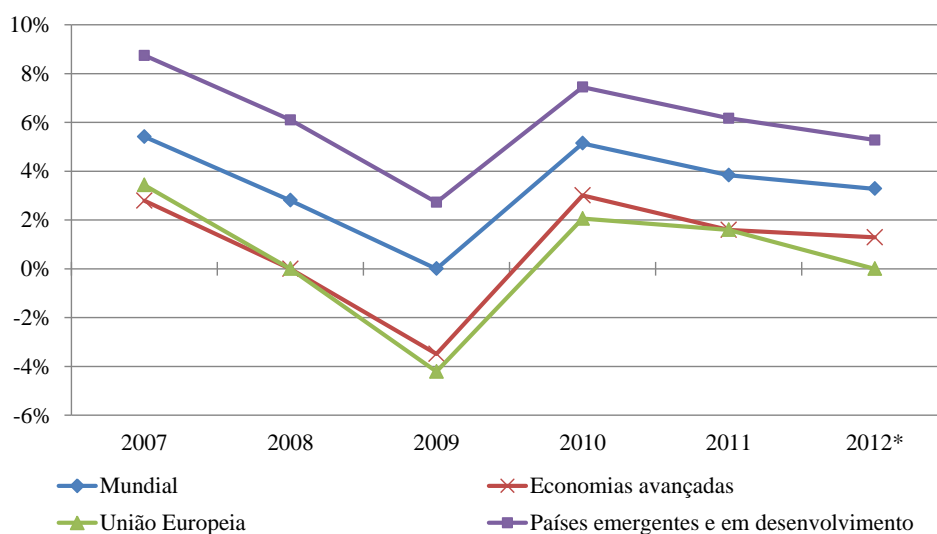
## CAPÍTULO III – SISTEMA BANCÁRIO ESPANHOL ENTRE 2008 E 2012

### III.1 – Cenário macroeconômico

#### III.1.1 – Contexto Mundial<sup>35</sup>

A partir de 2007, a economia mundial iniciou um processo de deterioração, conforme apresenta a Figura 11, abaixo. Tal movimento decorreu da crise financeira que se originou nos Estados Unidos e que se alastrou para todo o mundo, tendo em vista a influência da economia norte-americana e a integração entre as nações. Até 2012, último ano analisado neste trabalho, a economia global enfrentava dificuldades para se recuperar.

**Figura 11:** PIB mundial – crescimento entre 2007 e 2012



\* Projeção realizada por *International Monetary Fund*

Fonte: *International Monetary Fund*

No que tange às causas da crise Martín-Oliver, Ruano *et al.* (2012), García (2009), Álvarez (2008) e López (2009) afirmam que, no período anterior a mesma, houve uma exposição excessiva às inovações financeiras que envolviam maiores riscos, destacando-se a

<sup>35</sup> Esse segmento baseia-se nos artigos: Álvarez (2008), Bordo (2008), Aizenman, Jinjark, Lee e Park (2012) e Roldán (2011).z

concessão de crédito hipotecário *subprime*. Em tais anos, o segmento imobiliário cresceu rapidamente, impulsionado pelo crédito, refletindo-se, assim, em um aumento do endividamento dos agentes econômicos.

Neste cenário, a elevação gradual das taxas de juros nas economias avançadas afetou a capacidade dos agentes econômicos de honrar seus pagamentos e dívidas. Tal movimento levou os investidores questionarem-se quanto à rentabilidade que poderiam obter através de seus ativos e a compará-la aos riscos a que estavam expostos. As incertezas em relação ao valor real de tais produtos financeiros, principalmente os referenciados em hipotecas, influenciou toda a economia, levando a uma rápida restrição da liquidez nos mercados internacionais.

Pode-se afirmar que a crise financeira afetou a economia real por quatro canais diferentes: (i) redução da oferta de crédito, (ii) perda de valor patrimonial de diversas instituições, (iii) queda na confiança dos agentes econômicos e (iv) aumento do endividamento fiscal. Destacaram-se, no início deste processo, a redução do crédito, bem como a deterioração dos mercados de capitais (movimento correspondente à perda de valor patrimonial de diversas instituições).

Diante dos efeitos negativos da crise, Álvarez (2008), Bordo (2008) e Criado e Rixtel (2008) afirmam que os diversos Bancos Centrais ao redor do mundo injetaram liquidez nos mercados financeiros, buscando elevar o nível de solvência do sistema bancário. Tal medida auxiliou alguns países, não configurando-se, contudo, como suficiente para impedir as perdas registradas por diversas instituições financeiras, bem como para evitar uma maior retração do segmento imobiliário. Em consequência, as autoridades monetárias utilizaram-se de outras medidas, resgatando certas instituições em dificuldades e adquirindo participação nas mesmas.

Especificamente sobre a Europa, a continuidade da crise afetou os países do continente, uma vez que suas economias encontravam-se expostas aos ativos norte-americanos. Neste contexto, Razin e Rosefielde (2012) ressaltam que havia uma discrepância entre as economias da Zona do Euro. Alemanha e França apresentaram certa melhora em suas

atividades econômicas, enquanto os PIIGS<sup>36</sup>, por exemplo, não conseguiram recuperar-se, permanecendo em deterioração. Isso porque, as características de alguns países da região implicavam em uma maior vulnerabilidade externa, destacando-se: a elevada exposição imobiliária apresentada por algumas nações (Espanha e Irlanda), o recorrente déficit fiscal, bem como a falta de regulação e supervisão financeira. Ademais, os países pertencentes à Zona do Euro não apresentavam política monetária e cambial independente, além de registrarem, no geral, elevados níveis de endividamento público.

Conforme *International Monetary Fund* (2012a) e Roldán (2011) este período pode ser classificado como a primeira fase da crise internacional, revelando os impactos iniciais sobre as economias ao redor do mundo. Nesta fase, o sistema bancário europeu ainda demonstrava certa resistência em relação à retração registrada nos Estados Unidos.

A continuidade da crise refletiu-se em um aumento da dívida soberana dos países europeus, movimento que levou ao início de uma segunda crise na região, denominada de crise da dívida soberana ou da Zona do Euro. Tal endividamento afetou diretamente o sistema bancário, haja visto sua exposição a tais títulos públicos que, por sua vez, perderam valor devido ao aumento da percepção do risco. Esta crise, no entanto, concentrou-se na Europa, uma vez que os bancos norte-americanos não apresentavam exposição expressiva aos ativos europeus.

Segundo *International Monetary Fund* (2012a) e Roldán (2011), a segunda crise iniciou-se em 2010, quando os setores imobiliário e creditício registraram maior contração em diversos países europeus, principalmente na Espanha, dando continuidade a deterioração da qualidade dos ativos e a elevação da inadimplência. Nesta fase, a situação da economia grega se destacava, uma vez que o país enfrentava fortes dificuldades – atraindo maior atenção dos investidores globais.

Assim como na primeira fase da crise, autoridades nacionais e supranacionais buscaram novas medidas para evitar um agravamento da crise. Conforme será descrito mais à

---

<sup>36</sup> Quando citaram PIIGS, Razin e Rosefielde (2012) referiram-se a Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (*Spain*).

frente neste trabalho, o sistema bancário espanhol passou por uma transformação no período em questão.

Para *International Monetary Fund* (2012a), o cenário macroeconômico tornou-se ainda pior para os países europeus, uma vez que permaneciam as incertezas acerca da sustentabilidade do endividamento soberano. Teve-se início, assim, a terceira fase da crise, que se estende desde o final de 2010 até o final do período da análise proposta neste trabalho, 2012. Nestes anos, destacou-se o agravamento da conjuntura econômica irlandesa, que afetou a liquidez nos mercados financeiros.

Neste contexto, medidas com o objetivo de recuperar a economia da região continuaram a serem adotadas pelas autoridades mundiais. Ressalte-se que os mercados financeiros acalmaram-se temporariamente após uma intensiva injeção de liquidez, realizada pelo Banco Central Europeu desde o final de 2011.

Em síntese, como pode ser visto na Figura 11, página 43, a atividade econômica mundial registrou uma retração a partir de 2008. Inicialmente, a crise financeira norte-americana afetou todo o desempenho mundial, principalmente dos países desenvolvidos. Em sequência, a crise soberana na Europa prejudicou ainda mais a situação da economia mundial, dificultando a recuperação de diversos países, incluindo emergentes e Estados Unidos. Neste contexto, a Espanha sofreu fortes impactos negativos, posicionando-se entre os países com maiores dificuldades financeiras. Mas, como se comportaram as principais variáveis domésticas espanholas durante essas três fases?

### **III.1.2 – Economia da Espanha<sup>37</sup>**

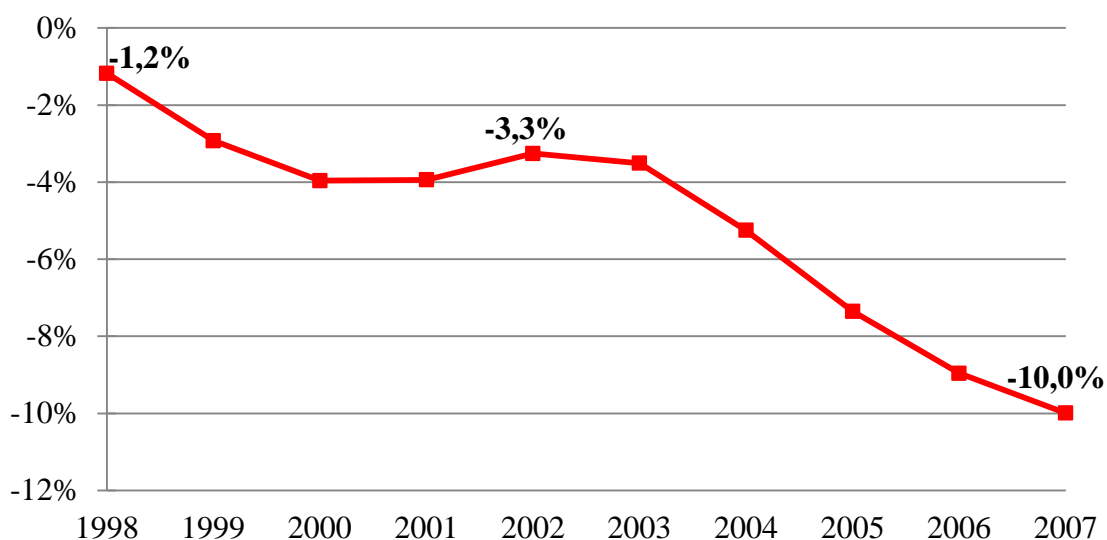
Através do capítulo II, pôde-se entender o processo de rápido crescimento registrado pela Espanha entre 2003 e 2008, impulsionado por condições financeiras favoráveis. Em tais anos, o setor imobiliário espanhol expandiu-se, acompanhado a evolução registrada pelo crédito. Tal movimento, contudo, não se repetiu nos anos seguintes. Que fatores internos provocaram esta transformação?

---

<sup>37</sup> Esta seção foi fundamentada nas visões de Razin e Rosefielde (2012)

López (2009) e Ruso (2012) afirmam que a Espanha apresentava características próprias que provocaram uma amplitude maior da crise econômica no país. No período anterior a 2008, houve um aumento da fragilidade do mercado interno espanhol, reflexo do modelo de crescimento baseado no endividamento dos agentes econômicos e na expansão do setor de construção civil, com baixo crescimento da indústria nacional. Além disso, a vulnerabilidade externa elevou-se, tendo em vista a maior carência de financiamento internacional e os recorrentes déficits em conta corrente registrados em tais anos. A Figura 12 demonstra o comportamento parcial das contas externas no período anterior à crise.

**Figura 12:** Resultado conta corrente da Espanha entre 1998 e 2007 (percentual do PIB).



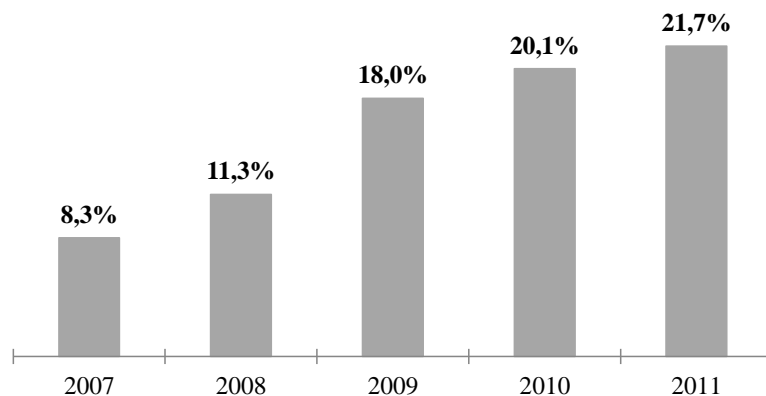
Fonte: *International Monetary Fund*

No início da crise, a Espanha posicionava-se relativamente bem em relação aos demais países do PIIGS, uma vez que a supervisão bancária demonstrava-se mais eficiente e o setor bancário mais sólido. Durante a segunda fase da crise, contudo, a deterioração do setor imobiliário, iniciada com a crise, acentuou-se, afetando a solidez financeira do país (Álvarez, 2008 e *International Monetary Fund*, 2012a). A queda da confiança do consumidor reduziu a demanda por novas moradias, refletindo-se em uma queda ainda maior de seus preços. Como reflexo, a crise econômica na Espanha agravou-se: a demanda internacional recuou, a competitividade doméstica permaneceu baixa e o desemprego aumentou.

Especificamente sobre o mercado de trabalho, Roldán (2011) afirma que os ajustes dos desequilíbrios gerados anteriormente na economia espanhola resultaram em uma destruição

de postos de trabalho – justificando o crescimento na taxa de desemprego, demonstrado na Figura 13.

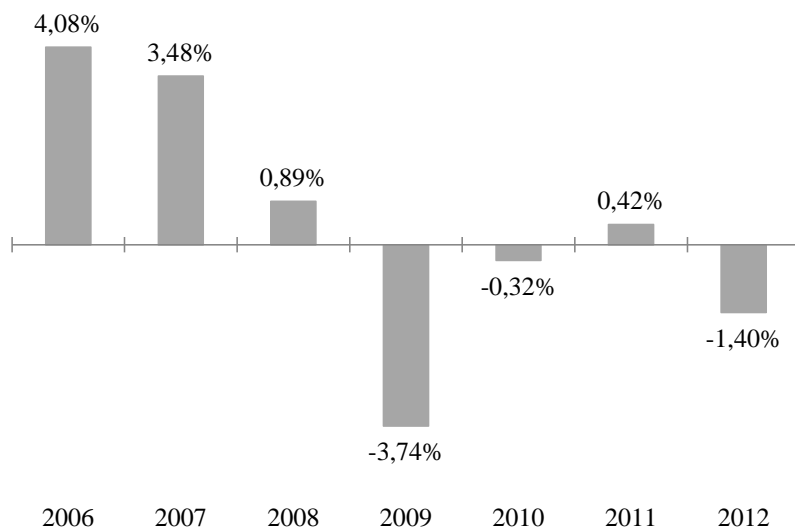
**Figura 13:** Espanha - taxa de desemprego (2007 e 2011)



Fonte: *International Monetary Fund*

Conforme demonstrado abaixo pela Figura 14, o PIB espanhol praticamente não apresentou crescimento desde o início da crise. Tal movimento decorreu, basicamente, da retração do setor imobiliário, do aumento do desemprego, bem como do maior déficit em conta corrente.

**Figura 14:** PIB espanhol - crescimento entre 2006 e 2012



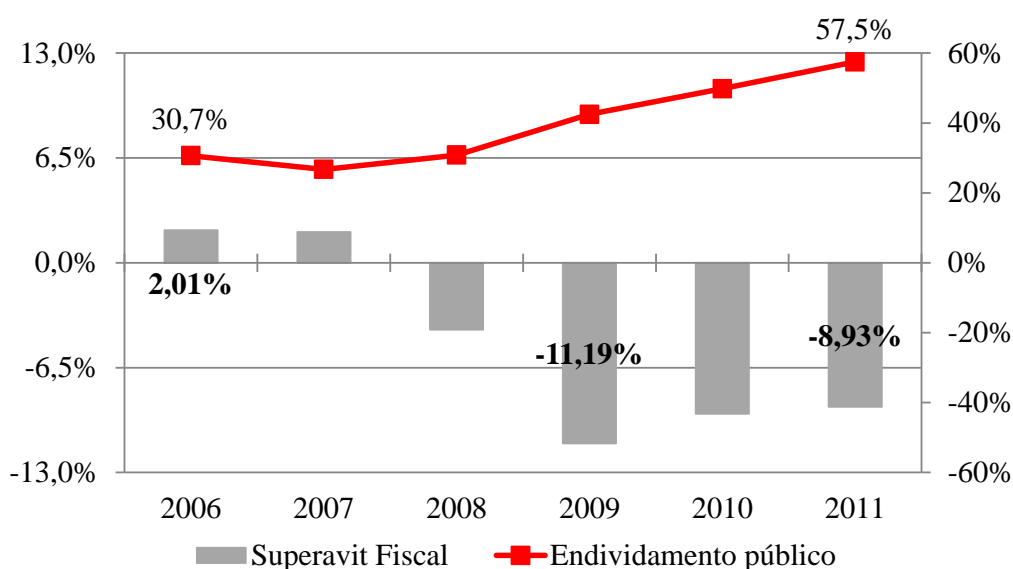
Fonte: *International Monetary Fund*

Neste cenário, a Espanha encontrava-se restrita a utilizar políticas fiscais, haja visto que a adoção do Euro a impedia de adotar medidas monetárias e cambiais. Desta forma, o



governo espanhol posicionava-se estrategicamente para evitar uma maior deterioração da economia doméstica. Com este objetivo, os autores Restoy (2012), Roldán (2010) e *International Monetary Fund* (2012a,b) pontuam que as autoridades decidiram auxiliar as instituições bancárias que enfrentavam dificuldades, visando limitar uma maior disseminação da crise no setor financeiro e, consequentemente, no lado real da economia. Tal decisão, contudo, refletiu-se uma transformação das contas públicas. O superávit fiscal tornou-se déficit e o endividamento do governo cresceu consideravelmente. Até 2007, o orçamento público espanhol estava relativamente equilibrado, com uma dos indicadores entre dívida líquida e PIB mais baixos da Europa. A Figura 15 apresenta o resultado fiscal espanhol, bem como o nível de endividamento público, ambos em proporção do PIB.

**Figura 15:** Resultado fiscal entre 2006 e 2011 (percentual do PIB).



Fonte: *International Monetary Fund*

Para o *International Monetary Fund* (2012a), Roldán (2011) e Aizenman, Jinjarak, Lee e Park (2012), a aversão ao risco existente nos mercados internacionais continuou até o final de 2012, afetando a recuperação espanhola - o aumento do endividamento público desempenhou papel fundamental neste processo.

Em síntese, pode-se concluir que alguns fatores, além do contexto internacional, propiciaram o desenvolvimento da crise na Espanha. Dentre eles, vale ressaltar: (i) o elevado endividamento dos agentes econômicos; (ii) a alta exposição ao setor de construção civil; (iii) a dependência de capital internacional; e (iv) uma indústria doméstica frágil. Neste contexto, a

crise gerou uma restrição de liquidez e, conseqüentemente, do crédito, aumentando, ainda, a inadimplência e a qualidade dos ativos financeiros. Houve, assim, uma rápida deterioração do setor imobiliário, bem como um aumento do desemprego e uma piora das contas externas. As autoridades espanholas, por sua vez, buscaram reduzir os efeitos negativos provenientes da crise, limitadas, porém, pelas características da Zona do Euro. Como reflexo, as medidas adotadas pelo governo levaram a um descontrole das contas públicas, aumentando endividamento do governo.

### **III.2 – A estrutura do sistema bancário espanhol**

#### **III.2.1 – O sistema bancário espanhol diante da crise <sup>38</sup>**

O período anterior a 2008 parecia mostrar-se muito positivo para as instituições de crédito espanholas. A operação tradicional de intermediação financeira continuou como principal atividade das instituições, acompanhando o movimento de crescimento registrado pelo crédito até 2007. No que tange a riscos, a exposição por parte dos bancos era considerada, até 2008, conservadora. Ou seja, acreditava-se que o sistema bancário estava relativamente protegido contra choques externos, tendo em vista as características do mesmo, bem como a supervisão mais ativa, realizada pelo BdE. Neste contexto, torna-se instigante saber como se comportou o sistema bancário diante da crise financeira.

Segundo Roldán (2011), *International Monetary Fund* (2012a), Restoy (2012) e Aizenman, Jinjarak, Lee e Park (2012), em termos gerais, a crise refletiu-se em falências e incertezas para os bancos espanhóis. Esse movimento decorreu, principalmente, dos desequilíbrios gerados no período anterior a 2008, tais como o elevado volume crédito concedido aos agentes privados e a maior exposição ao setor de construção civil. Ademais, destaca-se que na Europa, o sistema bancário encontrava-se exposto a títulos públicos de países do continente. Como reflexo, a crise da dívida soberana contaminou as instituições financeiras de maneira relativamente rápida.

Tendo em vista as diferentes características e efeitos sobre o sistema bancário espanhol, tal crise pode ser dividida em três períodos: (i) inclui 2008 e 2009; (ii) ocorrida em

---

<sup>38</sup> Esta seção baseou-se em Roldán (2011), Roldán (2010), Egusquiza (2012) e *International Monetary Fund* (2012a).

2010; e (iii) desde o final de 2010 até o fim do período de análise deste trabalho, no término de 2012. Além disso, os bancos espanhóis apresentaram diferentes performances entre si, destacando-se o movimento reportado pelos bancos de poupança.

### **III.2.2 – Primeira fase da crise** <sup>39</sup>

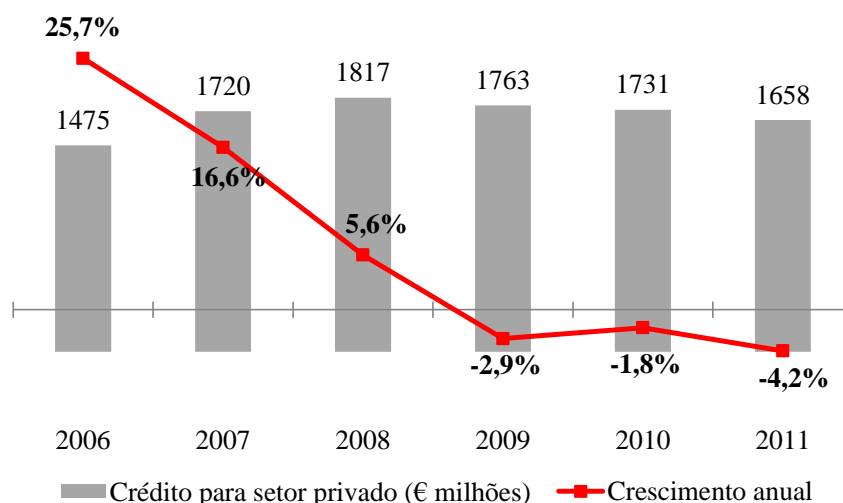
Na primeira fase da crise houve uma ruptura no mercado financeiro dos Estados Unidos, com sua contaminação para o resto do mundo. Nesta fase, o *International Monetary Fund* (2012a), Roldán (2011), Hernando e Villanueva (2012) e Banco de España (2010c) destacam que as instituições financeiras espanholas apresentavam maior resistência em relação a diversos sistemas bancários internacionais, recebendo impactos moderados provenientes da crise e conseguindo permanecer solventes. Essa resistência decorria, principalmente, de: (i) supervisão bancária presente (através de diversas medidas e regras); (ii) elevada rentabilidade alcançada até 2007; e (iii) modelo de negócios particular do sistema bancário espanhol (baseado na atividade de intermediação financeira tradicional).

De acordo com Egusquiza (2012) e Roldán (2010), nesta primeira fase da crise, que abrange o período até o final de 2009, houve uma queda do crédito para o setor privado espanhol, conforme demonstra a Figura 16. Tal movimento decorreu de fatores cíclicos e não cíclicos. Dentre os efeitos cíclicos, vale destacar: (i) a deterioração da economia espanhola, aumentando as incertezas dos agentes econômicos; (ii) a necessidade de redução do endividamento do setor privado; e (iii) o menor valor das garantias oferecidas pelos demandantes de crédito. Já em relação aos fatores não-cíclicos, havia uma mudança dos padrões adotados pelos bancos para conceder crédito, além da maior dificuldade na captação de recurso.

---

<sup>39</sup> Esta seção utilizou-se, principalmente, da visão apresentada em Roldán (2010) e *International Monetary Fund* (2012a).

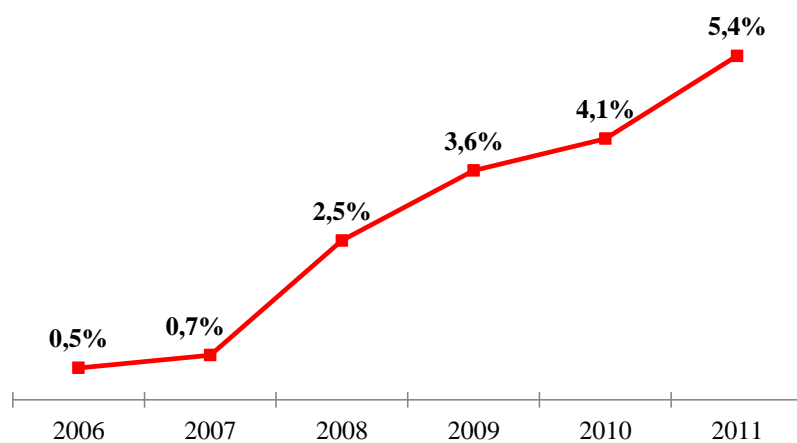
**Figura 16:** Crédito para o setor privado (2006 até 2011)



Fonte: Banco de España (2010c, p. 106; 2011c, p. 108)

Ademais, Egusquiza (2009), Álvarez (2008) e Roldán (2010) afirmam que a inadimplência elevou-se na Espanha, aumentando o risco para os bancos. A Figura 17 revela a deterioração da qualidade do crédito no sistema bancário espanhol.

**Figura 17:** Ativos de liquidação duvidosa – participação no total de empréstimos (2006 até 2011)



Fonte: Banco de España (2011c, p. 92).

Essa expansão ocorreu em função da alta exposição dos bancos ao setor de construção civil, refletindo a deterioração da qualidade do crédito concedido às construtoras e incorporadoras. Álvarez (2008) defende, todavia, que a inadimplência dos créditos hipotecários não apresentou o mesmo movimento, uma vez que a forma com que tais

empréstimos eram concedidos às famílias diferenciava-se: os bancos exigiam maiores garantias e realizavam uma melhor gestão do risco dos empréstimos.

Egusquiza (2009) e Hernando e Villanueva (2012) argumentam que as provisões acumuladas no período anterior à crise absorveram o impacto inicial do aumento da inadimplência. Além disso, os bancos ampliaram os volumes destinados às provisões, principalmente devido às regras impostas pelo BdE. Como reflexo, o nível de solvência do sistema bancário espanhol permaneceu elevado.

Houve, no entanto, uma restrição de liquidez nos mercados interbancários, afetando diversas instituições (*International Monetary Fund*, 2012a; Roldán, 2011). Neste contexto, as autoridades espanholas decidiram auxiliar os bancos, principalmente através da injeção: (i) oferecimento de garantias para depósitos e para emissão de dívidas por parte dos bancos; (ii) criação de um fundo destinado à aquisição de ativos de maior qualidade pertencentes às instituições bancárias; e (iii) criação de um fundo para incentivar a reestruturação do setor, denominado de *Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria* (FROB).

Vale ressaltar a função desta última medida adotada. As autoridades lançaram FROB com o objetivo de fomentar a consolidação do setor bancário, fortalecendo a estrutura de capital dos bancos. Neste cenário, não ocorreram resgates generalizados de instituições em dificuldades. Tal fundo procurava ajudar, assim, os bancos a realizar ajustes para, dessa forma, possibilitar uma recuperação da rentabilidade dos mesmos no médio prazo. Ademais, o FROB visava fortalecer o sistema bancário através de um baixo custo para os cidadãos espanhóis, ou seja, com menores gastos públicos, tendo em vista o expressivo aumento do déficit fiscal registrado após o início da crise.

O FROB desempenhou papel fundamental através da capitalização de diversas instituições, oferecendo liquidez e suporte. O fundo, por outro lado, cobrava contrapartidas dos bancos por essa ajuda, tais como uma maior transparência na disponibilização de dados e informações, além de exigir a implementação de um plano de reestruturação.

Alonso (2010) e Roldán (2010) dividem três fases de atuação do FROB. Inicialmente, buscava-se uma solução através de recursos no setor privado. Em uma segunda fase, o fundo exigia a apresentação de um plano de reestruturação por parte do banco em dificuldade, com poderes para alterá-lo. Além disso, o FROB podia oferecer apoio financeiro, através de

condições de mercado, para viabilizar a recuperação das instituições. Finalmente, caso a situação continuasse a se agravar, poderia haver uma intervenção direta do fundo nos bancos. Neste caso, seriam adotadas medidas para reestruturar tais bancos através de mudanças institucionais, fortalecendo o capital próprio dos mesmos, aumentando o financiamento através de depósitos e reduzindo custos operacionais. Vale ressaltar que o FROB incentivava, principalmente, a fusão ou venda entre as instituições do sistema bancário.

É importante salientar que apesar da criação do FROB ter ocorrido ainda em 2009, o fundo ganhou expressão a partir da segunda fase da crise, em 2010<sup>40</sup>.

### **III.2.3 – Segunda fase da crise <sup>41</sup>**

No que diz respeito à segunda fase da crise internacional, iniciada em 2010, a situação do sistema bancário espanhol agravou-se. A maior deterioração da economia, principalmente do setor de construção civil, afetou expressivamente as operações dos bancos, especialmente das casas de poupança. Neste contexto, a qualidade dos ativos bancários piorou, acentuando o movimento registrado na primeira fase da crise.

A crise revelou a fragilidade dos bancos de poupança na Espanha. Até 2007, o rápido crescimento de tais entidades refletiu-se em um excesso de capacidade, além de elevar os riscos do sistema bancário. Neste período, os bancos de poupança expandiram-se para regiões distantes de suas áreas tradicionais. Além disso, os mecanismos disciplinares, impostos aos demais tipos de bancos, não se aplicavam aos bancos de poupança, que sofreram menor intervenção.

Vale lembrar que os bancos de poupança não apresentavam fins lucrativos, possuindo grande variedade de sócios, dentre eles os próprios governos regionais. Como reflexo, *International Monetary Fund* (2012b), Casado e Fuentes (2011) e Roldán (2011) afirmam que tais instituições enfrentavam maiores dificuldades em captar recursos, uma vez que não podiam realizar aumentos de capital através dos sócios. Ou seja, as *cajas de arroyo*, como

---

<sup>40</sup> *International Monetary Fund* (2012a) considera que o FROB faz parte da segunda fase da crise internacional.

<sup>41</sup> Esta seção foi fundamentada nas visões de *International Monetary Fund* (2012a,b), Roldán (2011) e Banco de España (2010c).

eram conhecidas, encontravam-se limitadas para reforçar suas respectivas estruturas de capital para enfrentar a crise – situação distinta da enfrentada pelos bancos comerciais.

Nesta segunda fase da crise, destacam-se a realização e publicação de testes de *stress*<sup>42</sup> sobre todo o sistema bancário, bem como a atuação do FROB e a implementação de uma nova legislação.

No que tange ao teste de stress, houve uma grande abrangência sobre o total de ativos bancários, além de uma elevada transparência adotada no processo, com detalhamento dos parâmetros utilizados. Tais exercícios demonstraram a possibilidade de perdas muito elevadas no valor dos ativos bancários, principalmente dos bens relativos ao setor imobiliário, possibilitando a identificação dos bancos com maiores problemas. Os resultados das instituições sofreram, assim, efeitos expressivos, conforme será detalhado no próximo segmento sobre a evolução da rentabilidade do sistema bancário no período.

Neste contexto, as instituições reprovadas no teste – basicamente casas de poupança - receberam auxílio, principalmente através do fornecimento de capital. Nesta fase, o FROB atuou diretamente sobre os bancos através da intervenção em instituições que se encontravam em posições insustentáveis.

Valverde (2010), Roldán (2011), *International Monetary Fund* (2012a) e Banco de España (2010c) afirmam que o processo de integração refletiu-se em uma efetiva redução no número de bancos, principalmente de casas de poupança. Apenas em 2010, 28 CGs deixaram de existir, totalizando 71 ao final do ano<sup>43</sup>. Ademais, houve uma mudança de todo o sistema bancário, buscando-se diminuir custos e despesas.

Quanto à mudança regulatória, diante do agravamento da situação econômica europeia, Alonso (2010), Casado e Fuentes (2011) e Banco de España (2010c) e Roldán (2011) pontuam que diversas medidas foram adotadas pelas autoridades. O BdE decidiu estabelecer controles rígidos sobre as provisões, alterando, ainda, o reconhecimento de perdas de valor por parte dos ativos bancários (*impairment*). Também modificou-se a necessidade de

---

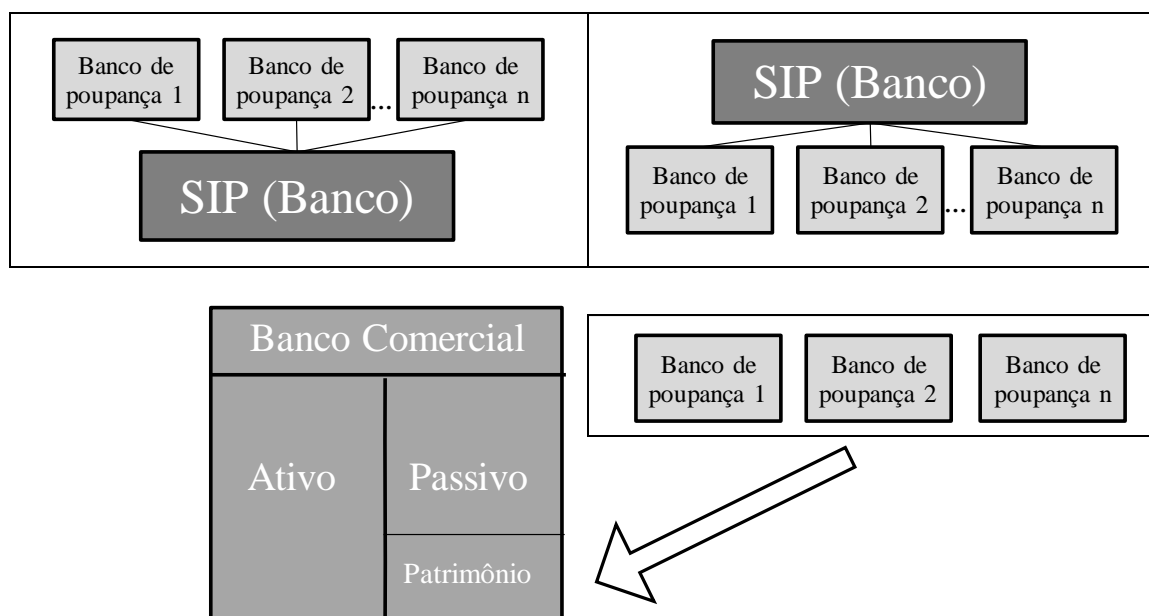
<sup>42</sup> Testes de stress consistem em avaliações sobre os ativos possuídos pelos bancos, verificando a qualidade dos mesmos e a probabilidade de inadimplência. Tais testes buscam aumentar a transparência das instituições, revelando a real situação enfrentada por elas.

<sup>43</sup> Segundo Banco de España (2010c, p. 25).

garantias para a realização de empréstimos, buscando reduzir o risco para os bancos. Ademais, ocorreram mudanças legislativas relativas aos bancos de poupança, permitindo novas alternativas para que tais instituições pudessem se capitalizar, principalmente por meio do mercado de capitais (com recursos privados). Para tal, as autoridades permitiram aos bancos de poupança atuarem como instituições comerciais, precisando, para isto, transferir a estrutura de seus negócios para um novo banco criado. Desta maneira, as instituições passariam a deter uma parcela do novo banco, continuando suas antigas atividades de maneira indireta.

Valverde (2010), Banco de España (2010c), Roldán (2011) e Alonso (2010) alegam que o processo de integração baseou-se, em sua maior parte, na estrutura dos *Sistemas Institucionales de Protección* (SIP). Esse sistema busca garantir a liquidez e solvência das instituições que o compõe. Por outro lado, mantém a estrutura jurídica dos bancos componentes, de forma a garantir, por exemplo, as funções das casas de poupança (permanecendo sem fins lucrativos). A Figura 18 apresenta a estrutura do SIP e como a mesma podia ser integrada ao balanço dos bancos comerciais.

**Figura 18:** Estrutura do SIP



Fonte: Roldán (2010, p. 49)



Apesar de tais medidas, ao final de 2010, registrou-se um novo aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais, principalmente europeus, dando início a terceira fase da crise.

### **III.2.4 – Terceira fase da crise <sup>44</sup>**

Nesta terceira fase da crise, o BdE buscou fomentar ainda mais a realização de fusões e aquisições no sistema bancário. Além disso, o órgão supervisor determinou que houvesse um aumento da transparência dos bancos. Para isso, exigiu a divulgação de maiores detalhes sobre os ativos financeiros, principalmente dos relativos ao setor de construção civil.

Neste contexto, no início de 2011, Roldán (2011), *International Monetary Fund* (2012a) e Banco de España (2010c) ressaltam a promulgação de uma nova lei, que determinava o aumento da estrutura de capital dos bancos espanhóis, principalmente das entidades que enfrentavam maiores dificuldades. Tal determinação buscava, assim, reduzir a vulnerabilidade dos bancos, aumentando a solvência dos mesmos diante do agravamento do cenário macroeconômico. Vale ressaltar que essa lei baseava-se no acordo de Basileia III, que só seria implementado nos bancos espanhóis a partir de 2013. A medida também ampliou os poderes do FROB, além de reforçar a delimitação de suas ações. Neste contexto, o fundo recebeu maiores responsabilidades: precisava auxiliar as instituições que não conseguissem atingir a nova exigência para suas estruturas de capital.

Restoy (2012) sintetiza que:

“(...) entre 2008 e 2011, as autoridades espanholas adotaram diversas medidas, que no geral buscavam aumentar a liquidez dos bancos, promovendo a consolidação e reestruturação das instituições mais frágeis (notavelmente, os bancos de poupança), e elevar os níveis de capital e provisões, principalmente para cobrir a ampliação dos riscos provenientes do setor imobiliário. Entretanto, essas medidas não conseguiram restaurar completamente a confiança no sistema bancário espanhol”.<sup>45</sup> (RESTOY, 2012, p. 3).

---

<sup>44</sup> Esta seção fundamentou-se da visão apresentada por Restoy (2012)

<sup>45</sup> Tradução livre do texto: “Accordingly, between 2008 and 2011, the Spanish authorities adopted several policy measures, which were broadly geared to supporting banks' liquidity, promoting the consolidation and restructuring of the more fragile institutions (notably, the savings banks), and increasing capital and provisioning

Assim, o agravamento da crise, em sua terceira fase, não permitiu uma evolução do sistema bancário, que permanecia expressivamente vulnerável. O *International Monetary Fund* (2012a) afirma que a correlação entre a situação dos bancos e das nações europeias elevou-se, implicando em uma maior dificuldade para o setor público auxiliar os bancos.

Mesmo assim, as autoridades espanholas adotaram novas medidas para fortalecer o sistema bancário em 2012. Houve, novamente, a criação de regras com o objetivo de aumentar o volume das provisões, principalmente para *impairment* e ativos de risco. Como resultado, entre 2007 e 2012, o sistema bancário acumulou mais de € 200 bilhões em provisões, montante equivalente a aproximadamente 20% do PIB espanhol<sup>46</sup>. Tal volume demonstra a elevada preocupação e esforço das autoridades, principalmente do BdE, para evitar uma maior deterioração do sistema bancário do país.

Ademais, duas novas medidas foram adotadas durante 2012: (i) em maio, as autoridades buscaram descobrir, novamente, a situação dos bancos em relação a sua capacidade de solvência e recuperação; e (ii) em junho, a Espanha solicitou ajuda financeira internacional para dar seguimento as reformas no setor bancário (o Eurogrupo aprovou a liberação de um pacote de € 100 bilhões para o país, em julho). Em consequência desta última medida, a Espanha precisou adotar um Memorando (*Memorandum of Understanding* – MoU). O MoU compreendeu condições para a ajuda pública aos bancos, bem como determinou padrões para regulação e supervisão por parte das autoridades, visando, dessa forma, restringir a aplicação dos recursos internacionais liberados à Espanha.

Neste contexto, realizou-se um novo teste de stress sobre o sistema bancário, buscando identificar os bancos com maiores necessidades de recursos. Descobriu-se, assim, que a maior parte das instituições que enfrentavam dificuldades já havia recebido ajuda do FROB. Os demais bancos, por sua vez, passariam a receber ajuda pública.

Ainda neste processo de reestruturação, as autoridades procuraram segmentar e isolar os ativos de menor qualidade presentes no sistema bancário espanhol. Para isto, as entidades

---

levels, especially to cover risks arising from the real estate sector. However, these measures fell short of fully restoring confidence about the soundness of a segment of the Spanish banking system.” (RESTOY, 2012, p. 3).

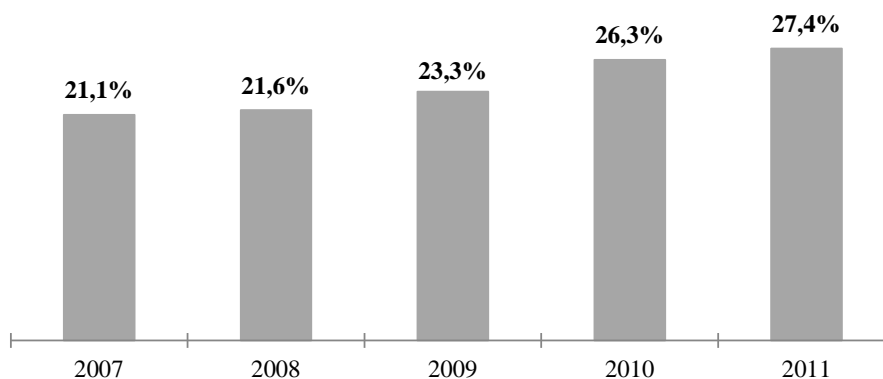
<sup>46</sup> Dados retirados de Restoy (2012, p. 4).

de crédito transfeririam tais ativos, que ofereciam maiores riscos, para serem geridos por um novo fundo criado com este objetivo.

### III.2.5 – Transformações do setor bancário

Acompanhando este processo regulatório, Egusquiza (2012) destaca um movimento apresentado pelo sistema bancário espanhol durante todo o período desde 2008: a expansão internacional. A Figura 19 comprova que os negócios fora da Espanha ganharam importância, ampliando a diversificação geográfica dos bancos espanhóis. Tal expansão refletiu, principalmente, as melhores condições encontradas em outros mercados fora do país.

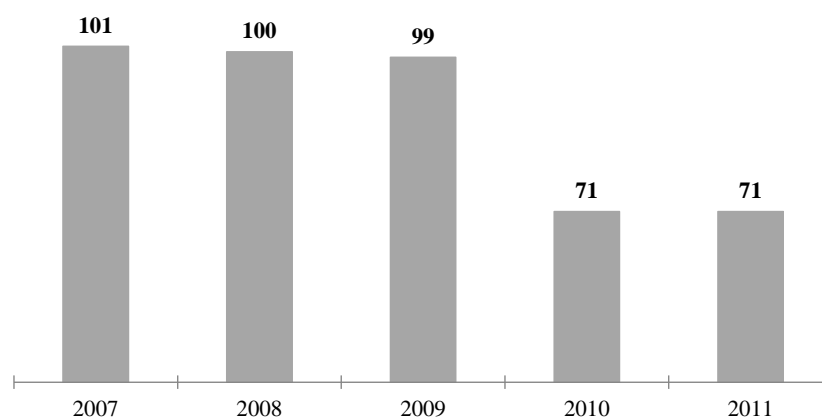
**Figura 19:** Ativos internacionais do sistema bancário espanhol entre 2007 e 2011 (participação no total de ativos)



Fonte: Banco da España (2011c; 2010c)

Em síntese, o sistema bancário espanhol transformou-se significativamente entre 2008 e 2012. Neste cenário, as autoridades desempenharam papel fundamental, mostrando-se muito ativas com relação ao suporte para o sistema bancário espanhol. No entanto, mesmo com tal auxílio, a estrutura bancária revelou-se vulnerável, sendo muito afetada pelo agravamento da crise financeira internacional. Destacaram-se como principais fenômenos ocorridos neste período: (i) o expressivo volume de provisões acumuladas pelo sistema bancário, afetando o lucro das diversas instituições; e (ii) a integração registrada entre as instituições, reduzindo expressivamente número de grupos financeiros, principalmente de casas de poupança. A Figura 20 confirma a queda no número das entidades de crédito espanholas.

**Figura 20:** Número de CGs (2007 até 2011)

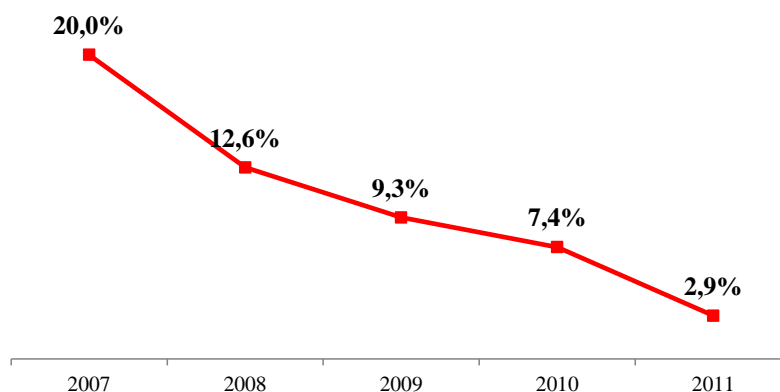


Fonte: Banco de España (2010c; 2011c)

### **III.3 – Rentabilidade do sistema bancário<sup>47</sup>**

Apesar da separação em três fases, a rentabilidade mostrou um movimento de queda constante, conforme pode ser verificado no Figura 21. Quais os principais fatores que pressionaram o lucro dos bancos no período em questão?

**Figura 21:** Sistema bancário espanhol - ROE entre 2007 e 2011



Fonte: Banco de España (2011c, p. 117)

Martín-Oliver, Ruano *et al.* (2012) afirmam que os ganhos de produtividade do sistema bancário durante o período anterior a crise basearam-se, em sua maioria, na expansão registrada pelos ativos financeiros, principalmente referentes ao setor imobiliário. Sendo

---

<sup>47</sup> Esta seção foi fundamentada em Banco de España (2008a,b,c; 2009a,b,c; 2010 a,b,c; 2011a,b,c; 2012a,b)

assim, a evolução da rentabilidade até 2007 estava comprometida, tendo em vista a elevada vulnerabilidade criada através, dentre outros fatores, do aumento da alavancagem de todo o sistema financeiro espanhol. Ademais, não houve diferenças entre o desenvolvimento operacional entre os bancos comerciais e de poupança na Espanha. Ou seja, o maior crescimento das casas de poupança decorreu, principalmente, da expansão imobiliária e financeira.

No que tange ao resultado da intermediação financeira, o sistema bancário registrou diversas mutações durante o período em questão. Tanto as receitas financeiras, quanto os custos financeiros, modificaram-se em cada ano, com elevada volatilidade. Vale ressaltar que, apesar da crise, observou-se um leve incremento do resultado entre 2008 e 2011.

Segundo Banco de España (2008c) e Egusquiza (2008a), em 2008, o crédito continuou em expansão, apesar de mostrar desaceleração. Como reflexo, as receitas provenientes da atividade de intermediação financeira ampliaram-se. Por outro lado, a deterioração econômica internacional refletiu-se em piores condições para a captação de recursos por parte dos bancos. Neste contexto, desenvolveram-se novas estratégias para a captação, tal como a emissão de títulos de dívida com vencimentos mais curtos ou com taxas de juros mais elevadas. Sendo assim, os custos financeiros elevaram-se, apesar das instituições manterem-se com liquidez e solventes. Dessa forma, em 2008, o resultado da intermediação financeira recuou.

Já em 2009, Banco de España (2009c) e Egusquiza (2008a) ressaltam que os custos financeiros reduziram-se em relação ao ano anterior, em decorrência das medidas implementadas pelos diversos bancos centrais ao redor do planeta, bem como pelas autoridades espanholas. As receitas, por sua vez, também recuaram, uma vez que a continuidade da crise afetou o crédito, que apresentou retração no ano. O resultado entre as duas contas (receitas e custos) mostrou, assim, um crescimento, revelando que houve um aumento do *spread* bancário.

Iniciava-se, assim, um processo de redução do crédito, devido, principalmente, à uma diminuição do endividamento por parte dos agentes privados (Egusquiza, 2009). O sistema bancário estava, dessa forma, diminuindo o excesso de capacidade criado nos anos anteriores a crise.

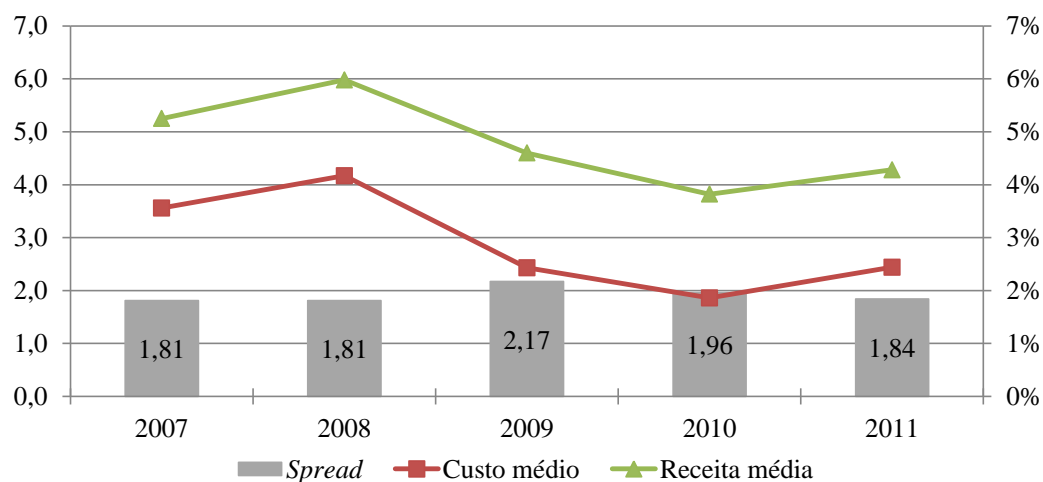
Já na segunda fase da crise financeira, o resultado da intermediação financeira deteriorou-se. O agravamento do cenário macroeconômico impactou negativamente a captação dos bancos, principalmente no mercado interbancário. Quanto à forma de financiamento tradicional do sistema bancário espanhol – através de depósitos – houve um aumento da concorrência entre os bancos, implicando, também, em uma ampliação dos custos para atrair os clientes. Neste contexto, as instituições precisaram recorrer ao financiamento através do sistema europeu, que permanecia com sua política de auxiliar a economia da região diante da crise. Por outro lado, a fraca demanda por crédito refletiu-se em uma queda do *spread* e reduziu as receitas financeiras.

No que se refere a 2011, não ocorreram grandes mudanças em relação à fase anterior: a deterioração continuou em curso, reduzindo o resultado da intermediação financeira. Os custos financeiros continuaram a avançar em ritmo mais acelerado do que as receitas, levando a uma continuidade de queda do *spread*.

Finalmente, em 2012, a atividade de intermediação financeira demonstrou certa melhora, acompanhando a redução da aversão ao risco registrada em toda a Zona do Euro que, por sua vez, ocorreu em função das medidas adotadas pelas autoridades da região.

Em termos gerais, desde 2009, os custos (juros pagos) pelo sistema bancário espanhol sofreram pressão proveniente da deterioração da economia global e europeia, bem como a maior competição entre os bancos. Já os juros cobrados, atrelados às receitas financeiras, acompanharam o movimento de retração apresentado pelo crédito. Neste cenário, registrou-se uma queda do *spread* bancário, conforme pode ser observado na Figura 22.

**Figura 22:** *Spread* bancário da Espanha entre 2007 e 2011 (p.p.)



Fonte: Banco de España (2011c, p. 117)

No que tange às comissões e tarifas, o sistema bancário espanhol não registrou grandes modificações. Tal conta permaneceu sem grande volatilidade, ao contrário do desempenho referente ao resultado da intermediação financeira. Em alguns casos, as instituições aumentaram suas tarifas com o objetivo de compensar o menor ritmo da atividade financeira.

O resultado de aplicações financeiras, por sua vez, recuou desde o início da crise - com exceção da recuperação alcançada em 2009. Tal movimento refletiu, basicamente, a deterioração dos mercados financeiros internacionais, que levaram a uma queda expressiva no valor dos ativos financeiros. Os resultados advindos de variações cambiais e outras receitas operacionais também recuaram no período, apesar de apresentarem menores influências sobre o resultado final.

Sendo assim, o lucro bruto do sistema bancário acompanhou a tendência registrada pelo resultado da intermediação financeira – recuando, principalmente, a partir da segunda fase da crise.

Dando seguimento a análise do DRE, destacou-se a performance das despesas operacionais dos bancos, uma vez que, desde 2008, tais instituições buscaram reduzi-las. Essa estratégia baseava-se na redução do número de funcionários, bem como de agências bancárias. Além disso, o intenso processo de reestruturação propiciava ganhos de sinergia, possibilitando a redução da estrutura dos bancos. Apesar de tal esforço, registrou-se avanço

das despesas em 2012, fruto do aumento dos gastos das operações internacionais, que não acompanharam o mesmo desempenho das atividades na Espanha.

Ademais, haja visto a queda do lucro bruto, a taxa de eficiência não apresentou melhora no período<sup>48</sup>. Ressalte-se que os maiores grupos, responsáveis pela maior parte dos ativos fora da Espanha, configuravam-se como as instituições mais eficientes e lucrativas do sistema bancário.

Outra conta de grande importância para explicar o movimento registrado pelo ROE desde 2008 consiste no segmento de provisões e *impairment* de ativos financeiros e não financeiros. Deste o início da crise, registrou-se um expressivo crescimento dessa conta, em decorrência da deterioração da qualidade dos ativos financeiros que, por sua vez, acompanhou o agravamento da crise econômica na Espanha. Neste cenário, os bancos aumentaram suas provisões para possíveis e prováveis perdas, além de ajustarem os valores de seus ativos, que caíram significativamente durante todo o período em questão, principalmente os relativos ao setor imobiliário. Além disso, mudanças regulatórias e medidas adotadas pelas autoridades espanholas exigiram que o sistema bancário ampliasse o volume de provisões, bem como divulgasse maiores informações sobre suas posições de risco. Vale ressaltar que, apesar do expressivo aumento das provisões acumuladas pelo sistema bancário espanhol, o movimento não se revelou uniforme entre as diferentes instituições. Ou seja, alguns bancos, em maiores dificuldades, necessitaram de maiores provisões e reconheceram perdas mais elevadas do que outros.

Diante do acima exposto, o lucro líquido dos CGs recuou quase 80% entre 2007 e 2011, totalizando menos de € 8 bilhões<sup>49</sup>. Ao final do período, excluindo-se as operações internacionais, o sistema bancário espanhol registrou um resultado ainda pior no período.

No que diz respeito ao ROE, o indicador terminou 2011 em 2,95%, ante 20,03% ao final de 2007. Ou seja, houve uma queda superior a 17 p.p.. Segundo a classificação de Silva (2006), a rentabilidade do sistema bancário tornou-se muito baixa.

---

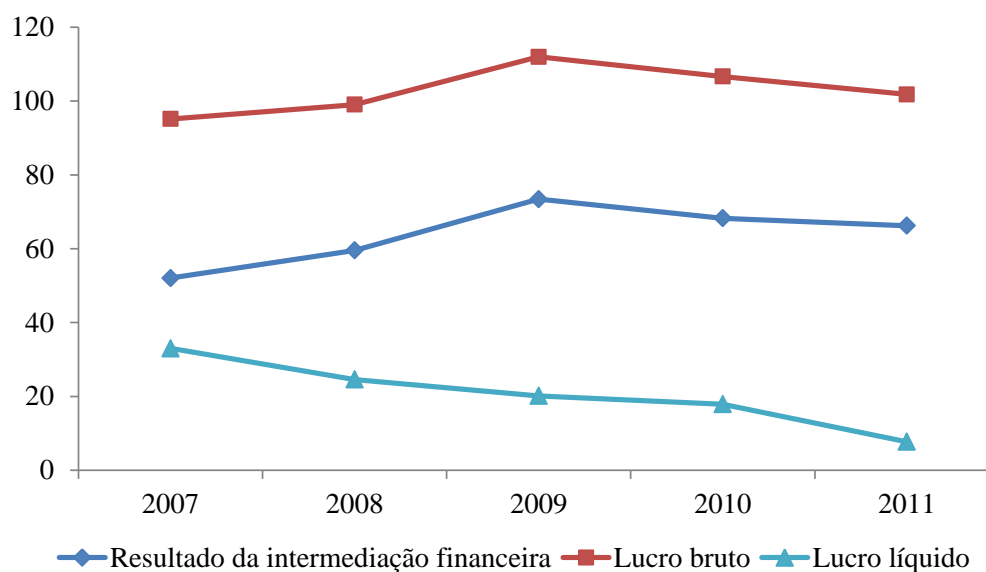
<sup>48</sup> A taxa de eficiência consiste na divisão entre as despesas operacionais e o lucro bruto. A queda registrada pelas despesas não levou a uma redução da taxa, uma vez que o lucro bruto apresentou um recuo ainda maior.

<sup>49</sup> Dados retirados de Banco de España (2011c, p. 117).



A Figura 23 apresenta a evolução das principais contas do DRE do sistema bancário espanhol entre 2007 e 2011<sup>50</sup>.

**Figura 23:** DRE do sistema bancário espanhol - 2007 até 2011 (€ bilhões)



Fonte: Banco de España (2011c, p. 117)

Em suma, através da análise do DRE, o desempenho de queda do ROE decorreu, basicamente, de: (i) aumento das despesas operacionais; e principalmente (ii) da elevação do *impairment* e das provisões. Já o resultado da intermediação financeira, em uma comparação simplificada entre 2007 e 2011, não mostrou variação expressiva, crescendo marginalmente no período.

---

<sup>50</sup> O BdE não divulgou, até a data de elaboração deste trabalho, os dados referentes ao ano de 2012, obtidos através do *Report on Banking Supervision In Spain*. Porém, de acordo com os números conhecidos do *Financial Stability Report* (Banco de España, 2012a,b), o sistema bancário registrou prejuízo em meados de 2012 (análise distinta, cálculo não mede a evolução dos CGs).

## CONCLUSÃO

Entre 2003 e 2007, registrou-se um período favorável para economia mundial, que apresentou um crescimento acompanhado de relativa estabilidade das principais variáveis econômicas, dentre elas a inflação. A Espanha, por sua vez, apresentou uma expansão superior à maioria dos países europeus, refletindo as boas condições internacionais, bem como as mudanças internas propiciadas por seu ingresso na Zona do Euro. Neste contexto, o sistema bancário espanhol, através de sua especialização na atividade de intermediação financeira tradicional, mostrou expressivo crescimento, sendo impulsionado pela rápida expansão do setor imobiliário no país. Neste processo, os agentes econômicos tornaram-se endividados e o setor de construção civil, bem como o financeiro, produziram um excesso de capacidade produtiva. No que tange aos aspectos positivos referentes ao sistema bancário, destacam-se o crescimento da rentabilidade (ROE), assim como a maior solidez financeira, decorrente da supervisão ativa realizada pelo BdE.

Após o início da crise, contudo, tal ambiente se transformou. A partir de 2008, as principais economias globais entraram em recessão, expondo as fragilidades desenvolvidas durante os anos anteriores. A economia espanhola acompanhou tal retração, com destaque para os setores bancário e imobiliário. Vale ressaltar que o sistema bancário espanhol ainda resistiu aos efeitos iniciais da crise, apresentando, porém, a partir de 2010, uma visível deterioração de suas atividades.

Neste cenário, as autoridades espanholas adotaram diversas medidas com o objetivo de reduzir os impactos da crise sobre a economia. Devido à adoção do Euro, o país restringiu-se ao uso de políticas fiscais e regulatórias, uma vez que medidas cambiais e monetárias dependiam de uma decisão conjunta dos países que faziam parte união monetária. Tais ações do governo refletiram-se em um aumento do endividamento público, que viria a comprometer o equilíbrio das contas públicas.

O sistema bancário espanhol tornou-se, assim, alvo de um intenso processo de reestruturação, através do qual procurou-se chegar a uma consolidação entre os bancos, reduzindo-se o número de instituições e ampliando-se a capacidade de resistência do setor à crise. Tais medidas, combinadas com um cenário econômico adverso, resultaram em

expressiva expansão das provisões acumuladas pelos bancos, afetando diretamente o lucro líquido e, conseqüentemente, o ROE do sistema bancário.

Ao contrário do período anterior, a taxa de eficiência dos bancos decaiu, impedindo a recuperação operacional dos mesmos. Sendo assim, até o final de 2012, os reflexos das ações adotadas pelas autoridades espanholas ainda encontravam-se em curso, não resultando em uma recuperação efetiva da rentabilidade das entidades de crédito.

Vale ressaltar, ainda, dois outros fatores relativos ao sistema bancário espanhol. Primeiramente, as instituições de maior porte expandiram-se para fora do país, conseguindo instalar-se em mercados mais rentáveis, contribuindo, desta forma, para certa resistência à crise espanhola. Em segundo lugar, a diferença estrutural intrínseca às Casas de Poupança levou a um movimento distinto das mesmas em relação aos demais bancos, tanto no período de crescimento, quanto durante a crise. A atividade de tais bancos mostrou-se muito cíclica, uma vez que essas instituições exibiram crescimento mais intenso até 2007 e, diante da crise, deterioraram-se rapidamente. Pode-se concluir, assim, que as diferentes entidades que compunham o sistema bancário registraram desempenhos distintos, apesar de todas sofrerem expressivos impactos negativos provenientes da crise financeira.

Em síntese, a crise proporcionou transformações significativas na estrutura do sistema bancário espanhol, até 2012, tornando-o mais regulado e contribuindo para a sua consolidação.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, E. M. La regulación del sistema bancario español el impacto de las últimas reformas. **Boletín Económico de ICE del 1 al 15 de Marzo de 2010**, n. 2984, 2010.

ÁLVAREZ, J. A. La banca española ante la actual crisis financiera, estabilidad financiera. **Boletín Económico del Banco de España**, v. 15, 2008.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. São Paulo: Atlas, 2008.

BANCO DE ESPAÑA. **Financial Stability Report**. Madrid: 2002-a,b. Semestral. Disponível em: <<http://www.bde.es/bde/en/secciones/informes>>.

\_\_\_\_\_. **Report on Banking Supervision In Spain**. Madrid: 2001-c. Anual. Disponível em: <<http://www.bde.es/bde/en/secciones/informes>>.

\_\_\_\_\_. **Public and Confidential Financial Reporting Rules and Formats**. Madrid: Credit Institutions. 4 2004d.

BORDO, M. D. **An historical perspective on the crisis of 2007-2008**. Working Paper 14569. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH. 2008

BRADESCO, B. Relatório de Análise Econômica e Financeira. In: (Ed.). **Demonstrações contábeis, Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas e Parecer do Conselho Fiscal**. São Paulo, 2012. p.155.

CARUANA, J. **Monetary policy, financial stability and asset prices**. Documentos Ocasionales del Banco de España. No 0507. 2005

CASADO, J. C.; FUENTES, I. La evolución y la estructura de los recursos propios de las entidades de depósito españolas entre 1999 y 2009. **Boletín Económico del Banco de España**, 2011.

CLEMENTE, A.; KÜHL, M. R. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade In: (Ed.). **Intermediação Financeira no Brasil: Influencia da Taxa de Captação sobre a Taxa de Aplicação**. 6 Anais....São Paulo: SBFIN, 2006.

CRIADO, S.; RIXTEL, A. V. La financiación estructurada y las turbulencias financieras de 2007-2008 **INTRODUCCIÓN GENERAL BANCO DE ESPAÑA**, 2008. ISSN 1579-8666.

DELGADO, J.; SALAS, V.; SAURINA, J. Joint size and ownership specialization in bank lending. **Journal of Banking & Finance**, v. 31, n. 12, p. 3563-3583, 2007. ISSN 0378-4266. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378426607000891> >.

EGUSQUIZA, I. F. Iniciativas normativas para la integración del sector minorista bancario en la EU. **Boletín Económico del Banco de España**, 2007.

\_\_\_\_\_. Evolución de la brecha crédito-depósitos y de su financiación durante la década actual. **Boletín Económico del Banco de España**, v. 61, 2008a.

\_\_\_\_\_. Integración y competencia en el sistema bancario español. **Boletín Económico del Banco de España**, 2008b.

\_\_\_\_\_. Evolución de los márgenes de las entidades de depósito entre 2004 y 2008 **Boletín Económico del Banco de España**, v. 6, p. 73-80, 2009. ISSN 0210-3737.

\_\_\_\_\_. La evolución del balance agregado de las entidades de crédito españolas a lo largo de la crisis. **Boletín Económico del Banco de España**, 2012.

ESCRIVÁ, J. L. et al. **El sistema bancario español ante la unión monetaria europea**. SERVICIO DE ESTUDIOS, E. E. Madrid Banco de España. 59: 96 p. 1997.

GABRIEL, F.; ASSAF NETO, A.; CORRAR, L. J. Encontro da Sociedade Brasileira de Finanças. In: (Ed.). **O Impacto do Fim da Correção Monetária no Retorno sobre o Patrimônio Líquido dos Bancos Brasileiros**. 3 Anais...São Paulo: SBFIN, 2003.

GARCÍA, J. M. A. **Crisis financiera, reordenación del crédito, nacionalizaciones y esponsabilidades**. Boletín económico de Información Comercial Española del 16 al 30 de Abril MINISTERIO DE INDUSTRIA, TURISMO Y COMERCIO: 31-34 p. 2009.

GUERREIRO, R. Mensuração do resultado econômico. In: FIPECAFI (Ed.). **Caderno de Estudos**. São Paulo, v.3, 1991. p.1-23.

HERNANDO, I.; VILLANUEVA, E. The recent slowdown of bank lending in Spain: are supply-side factors relevant? **Documentos de Trabajo del Banco de España**, n. 1206, 2012.

HICKS, J. **Value and capital : an inquiry into some fundamental principles of economic theory**. 2nd. Oxford: Clarendon Press, 1946. xi, 340 p. ISBN 0198282699 (pbk 1974 pr.).

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Spain: Financial Sector Assessment Program— Technical Note— Regulation, Supervision, and Governance of the Spanish Cajas. 2006.

\_\_\_\_\_. **Spain: Safety Net, Bank Resolution, and Crisis Management Framework— Technical Note; IMF Country Report No. 12/145**. 2012a

\_\_\_\_\_. **Spain: The Reform of Spanish Savings Banks Technical Notes**. Country Report No. 12/141 2012b.

\_\_\_\_\_, World Economic Outlook Database, October 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/index.aspx>>

IUDÍCIBUS, S. **Análise de Liquidez e do Endividamento, Análise de Giro, Rentabilidade e Alavancagem Financeira**. 8. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S. D.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)**. 5. São Paulo: Atlas, 2000.

KASSAI, J. R. et al. **Retorno de investimento: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial**. São Paulo: Altas, 1999.

LIS, S. F.; PAGÉS, J. M.; SAURINA, J. Credit growth, problem loans and credit risk provisioning in Spain. **Servicio de Estudios Documentos de Trabajo del Banco de España**, n. 0018 Paper prepared for the BIS Autumn Central Bank Economists' Meeting, 2000.

LÓPEZ, J. T. Crisis inmobiliaria, crisis crediticia y recesión económica en España. **Papeles de Europa** v. 19, p. 82-107, 2009.

MARTÍN-OLIVER, A.; RUANO, S.; SALAS-FUMÁS, V. Why Did High Productivity Growth of Banks Precede the Financial Crisis? **Documentos de Trabajo del Banco de España**, v. 1239, December 14 2012.

ORDÓÑEZ, M. F. **Situation of the Spanish economy and financial sector**. XV Financial Sector Meeting: The way forward for the Spanish banking business model. Madrid: Bank for International Settlements 2008.

PADILLA, E. C. La respuesta a la crisis en la ue: España camino de su “década perdida”. **Revista Problemas del Desarrollo**, v. 42, n. 166, p. 37-62, 2011. ISSN 0301-7036.

RAZIN, A.; ROSEFIELD, S. S. Political-Economic Origins of the Recent Euro Crisis: A Tale of a Politically-Failing Single-Currency Area. **Israel Economic Review**, v. 10, n. 1, p. 125–138 2012.

RESTOY, F. **Reform of the Spanish banking sector: measures to reinforce financial stability**. Santander Central Bankers Seminar/Banco Santander: Banco de España 2012.

ROLDÁN, J. M. **The Spanish banking sector: outlook and perspectives**. 2010

\_\_\_\_\_. **Spanish Banking Sector: Progress Report**. London, Tokyo, Hong Kong and Singapore. 2011

RUSO, X. L. O. O colapso do capitalismo español: leccións e preguntas para despois dunha crise. **Revista Galega de Economía**, v. 21, n. extraord, p. 91-118, 2012.

SAURINA, J. Loan loss provisions in Spain: a working macroprudential tool. **Revista de Estabilidad Financiera del Banco de España**, v. 17, 2011.

SCHUMPETER, J. **A Business Cycles**. New York: McGraw-Hill, 1939.

SILVA, J. P. D. **Análise Financeiras das Empresas**. 8. São Paulo: Atlas, 2006.

VALVERDE, S. C. Presente y futuro del modelo de cajas de ahorros en España. **CIRIEC-ESPAÑA Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa** v. 68, p. 167-182, 2010.

WEISZFLOG, W. Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos 2007.

HANSMANN, H. (1996). *The Ownership of Enterprise*, Belknap Press, Cambridge.